

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA DE ALMEIDA TAVARES

FILHAS DAS NUVENS
Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental

FLORIANÓPOLIS

2018

MARIANA DE ALMEIDA TAVARES

FILHAS DAS NUVENS

Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

FLORIANÓPOLIS

2018

MARIANA DE ALMEIDA TAVARES

FILHAS DAS NUVENS

Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental

A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografia, resolve aprovar e atribuir a acadêmica Mariana de Almeida Tavares, após a apresentação do trabalho intitulado "Filhas das Nuvens: Resistências femininas e representação política no Saara Ocidental ", a nota NOVE, referente a disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 03 de julho de 2018.

Banca Examinadora

Karine de Souza Silva - Orientadora

Ricardo Bruno Boff

Janaína de Fátima Zdebeskyi

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de dedicar esse trabalho à minha família, sem o apoio e a confiança de vocês essa conquista não seria possível ou teria o mesmo significado. Agradeço em especial minha mãe por ser o meu maior exemplo, além de minha maior companheira e incentivadora em todos anos de curso (e de vida).

Ao Gabriel, Juliano e Hildinho por todas as risadas, apoio e companheirismo nesses anos de amizade e por serem os irmãos de coração que a vida me deu.

A todos os amigos que a UFSC me trouxe, meu muito obrigado por se tornarem minha família em Florianópolis. Mariana e Isadora, com certeza esse trabalho não estaria completo sem vocês. Agradeço por estarem presentes em todos os momentos de conquistas e dúvidas, vocês foram o meu apoio para nunca desistir. Thaís, Claudemir e Darlan obrigada por todos os momentos de felicidade e por tornarem o Itambé nosso eterno lar. João e Dorinha agradeço todas conversas, piadas ruins e cafés compartilhados.

Ao curso de Relações Internacionais e todos os seus professores, por todos os conhecimentos e experiências que me tornarem a melhor internacionalista que eu poderia ser.

À minha orientadora, Professora Karine, meu especial agradecimento pela jornada conjunta durante os meus anos de curso e no grupo Eirene. Especialmente pela oportunidade de ser extensionista na Pastoral do Migrante, a qual se tornou a melhor experiência nesse período e me transformou em uma pessoa melhor.

À Tamaja e ao Padre Joaquim, obrigado por todas as experiências, conversas e risos, além de toda a paciência, confiança e atenção ao me guiarem nos trabalhos na Pastoral e na luta por um mundo e uma Florianópolis melhor.

A todos os imigrantes atendidos pela Pastoral do Migrante, suas experiências de vida e força se tornaram um exemplo e motivação para a continuidade da nossa luta por um mundo mais justo e igualitário.

RESUMO

A presente monografia situa-se no âmbito dos estudos sobre gênero, em específico versa sobre a participação feminina durante o conflito do Saara Ocidental e como esta atuação contribuiu para uma maior participação feminina nos órgãos de tomada de decisão da República Árabe Saaraui Democrática. Neste sentido, possui como objetivo geral o estudo do papel feminino no processo de descolonização do Saara Ocidental entre os anos de 1970 até a atualidade, observando de que maneira o conflito as transformou e ponderar acerca do empoderamento político feminino nas instituições da República Árabe Saaraui. Para cumprir esse objetivo, a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro aborda o histórico em geral do conflito, bem como as relações de gênero na sociedade pré-colonial e como estas foram alteradas pelo processo de sedentarização empreendido pela Espanha. O segundo explana sobre o papel da mulher saaraui durante o período de duração do conflito, destacando a prática de resistência pacífica e a atuação feminina para a reconstrução de sua Nação no deserto da Argélia. Finalmente, o terceiro capítulo discute as transformações ocasionadas pelo cessar fogo entre Marrocos e Frente Polisário em 1991 e as medidas empreendidas pelo governo da RASD para a inserção e empoderamento político feminino. Em vias de conclusão, esta pesquisa pretende contribuir para a disseminação da discussão acerca da realidade da população saaraui e do protagonismo feminino na reconstrução e manutenção da região, fomentando o debate nos meios acadêmicos brasileiros, no qual o tema é praticamente inédito.

Palavras-chave: Saara Ocidental. Gênero. UNMS. Decolonialidade.

RESUMEN

La presente monografía se sitúa en el ámbito de los estudios sobre género, en particular versa sobre la participación femenina durante el conflicto del Sahara Occidental y cómo esta actuación contribuye a una mayor participación femenina en los órganos de toma de decisión de la República Árabe Saharaui Democrática. En este sentido, tiene como objetivo general el estudio del papel femenino en el proceso de descolonización del Sahara Occidental entre los años 1970 hasta la actualidad, observando de qué manera el conflicto las transformó y ponderó acerca del empoderamiento político femenino en las instituciones de la República Árabe Saaraui. Para cumplir ese objetivo, la investigación se divide en tres capítulos. El primero aborda el histórico en general del conflicto, así como las relaciones de género en la sociedad precolonial y cómo éstas fueron alteradas por el proceso de sedentarización emprendido por España. El segundo explora sobre el papel de la mujer saharai durante el período de duración del conflicto, destacando la práctica de resistencia pacífica y la actuación femenina para la reconstrucción de su Nación en el desierto de Argelia. Finalmente, el tercer capítulo discute las transformaciones ocasionadas por el alto el fuego entre Marruecos y Frente Polisario en 1991 y las medidas emprendidas por el gobierno de la RASD para la inserción y empoderamiento político femenino. En conclusión, esta investigación pretende contribuir a la diseminación de la discusión sobre la realidad de la población saharai y del protagonismo femenino en la reconstrucción y mantenimiento de la región, fomentando el debate en los medios académicos brasileños, en el que el tema es prácticamente inédito.

Palabras clave: Sahara Occidental. Género. UNMS. Descolonialidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Mapa Saara Ocidental	17
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porcentagem de representação feminina no Conselho Nacional.....	72
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CIJ	Corte Internacional de Justiça
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
OALS	Organização Avançada de Libertação do Saara
ONU	Organização das Nações Unidas
POLISARIO	Frente Popular para a Libertação de Saguia Al Hamra e Rio de Oro
PUNS	Partido da União Nacional Saaraui
RASD	República árabe Saaraui Democrática
UA	União Africana
UNMS	União Nacional das Mulheres Saarauis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MULHERES SAARAUIS E O COLONIALISMO ESPANHOL	16
1.1 HISTÓRICO DO CONFLITO	16
1.2 A MULHER NA SOCIEDADE SAARAUI PRÉ-COLONIAL.....	24
1.3 A VIDA SOB CONTROLE ESPANHOL	29
1.4 O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO.....	35
2 A MULHER SAARAUI DURANTE O PERÍODO BÉLICO (1975-1991).....	40
2.1 FUGA DO SAARA OCIDENTAL E RECONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE.....	41
2.2 A ORGANIZAÇÃO DOS CAMPOS DE REFUGIADOS	46
2.3 A UNIÃO NACIONAL DAS MULHERES SAARAUIS	51
3 A MULHER SAARAUI NA SOCIEDADE ATUAL (1991-2017)	56
3.1 TRANSFORMAÇÕES NOS CAMPOS DE REFUGIADOS PÓS CESSAR FOGO ..	56
3.2 A ATUAÇÃO DA UNMS E POLISARIO PARA O EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO	61
3.3 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	80

INTRODUÇÃO

A presente monografia possui como tema de estudo a participação feminina durante o processo de descolonização, ainda inacabado, do Saara Ocidental e de que maneira esta atuação impactou na inserção política feminina na República Árabe Saaraui Democrática. Com a finalidade de atingir tal objetivo, irá examinar o funcionamento das relações de gêneros desta população, verificando as transformações do papel da mulher na sociedade, durante os períodos coloniais e bélico, e como esse coletivo vem se organizando para contribuir para a causa de seu povo.

Conhecido como a última colônia da África, o conflito no Saara Ocidental completou mais de quarenta anos sem que se conseguisse chegar à uma conclusão. O Saara Ocidental é um território costeiro situado no noroeste do continente africano, o qual foi colônia espanhola desde 1884. A região foi historicamente habitada pela população saarauí, a qual é majoritariamente muçulmana e possuía como sua principal característica o modo de vida nômade. Em razão desta singularidade, o povo saaraui se movia pelo deserto como as nuvens se movem pelo céu, sempre seguindo as nuvens em busca das chuvas. Como consequência, a população ficou conhecida como “Filhos das Nuvens”, denominação que foi escolhida como título deste trabalho. Entretanto, a tradição nômade saaraui foi enfraquecida em razão do processo de sedentarização da população empreendido pelo colonialismo espanhol.

Em 1976, após não ter completado um processo descolonização do território, a Espanha se retira da região e repassa a Mauritânia e Marrocos, apesar da contestação internacional, a administração do Saara Ocidental. Desde então, a Frente Polisário, movimento de autodeterminação saaraui, tem pleiteado a saída da ocupação ilegal marroquina de seu país. A organização inicialmente empreendeu uma resistência armada entre os anos de 1975 e 1991 contra os países ocupantes, e na atualidade vem atuando através de negociações mediadas pela Organização das Nações Unidas.

Como consequência da invasão marroquina em 1975, grandes massas de cidadãos saaraus procuraram refúgio no deserto da Hamada, especificamente região de Tinduf na Argélia. Desde então, a população saaraui reconstruiu sua sociedade nos campos de refugiados desenvolvidos após a fuga de seu país natal, empreitada protagonizada pelo coletivo de mulheres saaraus. As mulheres saaraus foram responsáveis pela estruturação e administração dos acampamentos de Tinduf, além

do estabelecimento de sistemas educacionais, de saúde e de justiça para a sobrevivência de sua comunidade.

Após uma breve contextualização, a presente pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: A participação feminina na luta por autodeterminação do Saara Ocidental e na reconstrução da sociedade nos campos de refugiados de Tinduf impactou no empoderamento e participação política das mulheres na Frente POLISÁRIO e República Árabe Saaraui Democrática (RASD)?

Como forma de orientar essa indagação, pretende-se partir da hipótese de que a participação feminina na luta saarauí se iniciou desde a formação da frente POLISARIO, ajudando a organizar reuniões, disseminando os ideais do grupo e até mesmo, em certo nível, participando das atividades militares do conflito. Todavia, o conflito modificou as responsabilidades atribuídas as mulheres saarauís em sua sociedade nômade tradicional. Durante o conflito, os homens se ocupavam principalmente de atividades estratégicas-militares, transferindo à população feminina a responsabilidade de garantir a sobrevivência de seu povo. Como consequência, através da organização e manutenção dos campos de refugiados, negociação com organizações internacionais para a garantia do acesso a alimentos e remédios, além da criação de escolas, creches e hospitais, gerou-se um processo de empoderamento coletivo no qual as mulheres saarauís adquiriram parcelas de decisões políticas e sociais que eram responsabilidade masculinas, e com isso se tornaram mais atuantes na luta pela autodeterminação do Saara Ocidental e nas instituições políticas da sociedade.

Assim sendo, essa pesquisa possui como objetivo geral o estudo do papel feminino no processo de descolonização do Saara Ocidental entre os anos de 1970 até a atualidade. Focando-se nas transformações da sociedade e observando-se como se organizam as relações de gênero da sociedade saarauí nos diferentes períodos em análise. Ademais, buscará examinar como se transformou a participação feminina nas esferas de tomada de decisão da sociedade saaraui, ou seja, nas instituições políticas e ministérios da RASD.

A metodologia utilizada durante o desenvolvimento desta monografia, baseia-se no estudo de caso a partir de bibliografias existentes sobre a atuação das mulheres saarauis na luta pela liberdade de sua Nação, com ênfase no processo de reconstrução da sociedade saaraui em exílio nos campos de refugiados em Tinduf, Argélia. Além de documentos produzidos por instituições de apoio a causa saaraui. Deve-se destacar a limitação no acesso a dados e informações encontrados durante a realização desta pesquisa. Os sites governamentais da RASD são de difícil navegação, antiquados

e pouco atualizados. Além disso, poucas informações são encontradas em relatórios de Organizações Internacionais ou ONGs que tratam sobre o tema. Como consequência, as informações aqui utilizados se originam dos serviços de imprensa saaraui e de relatos e dados de pesquisadoras e pesquisadores que visitaram os campos de Tinduf e ali acompanharam os processos eleitorais. Por fim, no presente trabalho utilizaram-se fontes em língua estrangeira, cuja tradução, em caráter não-oficial, é de responsabilidade própria desta autora.

A principal motivação para a realização desta pesquisa foi o desconhecimento acerca do tema. Apesar de o conflito do Saara Ocidental se estender por mais de 40 anos, muito pouco se debate acerca deste tema na academia brasileira. Uma simples pesquisa em bases de dados demonstrará a falta de informação sobre a situação no país africano. Como consequência, este trabalho busca aprofundar e disseminar o conhecimento sobre o tema, afinal o que mais enfraquece uma causa é a falta de conhecimento acerca deste. Além disso, irá tratar acerca da questão de gênero neste contexto, assunto até o momento inédito em publicações no Brasil e na língua portuguesa.

O debate sobre gênero é de fundamental importância para a garantia dos direitos humanos em qualquer região do mundo. Quando falamos sobre conflito, o tema se demonstra ainda mais fundamental. Conflitos armados não são neutros na ótica do gênero, sendo necessário a análise das relações de poder entre homens e mulheres em situações de guerra e reconstrução da paz. É de amplo conhecimento como os mais afetados em situação de beligerância são mulheres e crianças. Entretanto, este trabalho busca deixar de ver a mulher saaraui apenas como vítima passivas e sim como protagonistas, ou seja, indivíduos políticos capazes de lutar por seus ideais e desenvolver estratégias de resistência em diferentes momentos do conflito.

Para se atingir o objetivo deste trabalho, o presente estudo foi seccionado em três capítulos. O primeiro capítulo discorre acerca do histórico do conflito no Saara Ocidental, especificando o papel da mulher saaraui na sociedade pré-colonial e as transformações que a colonização espanhola acarretou nas relações de gênero nessa sociedade, ademais de destacar a participação das mulheres nos movimentos de libertação contrários ao colonialismo castelhano. O segundo capítulo examina a participação das mulheres saarauis na reconstrução da sociedade durante o período 1975 – 1991, ou seja, durante o conflito entre Marrocos e Polísario, analisando como a atuação feminina no âmbito administrativo da sociedade acarretou em sua inserção nas instituições políticas da república saaraui. Finalmente, o terceiro capítulo apresenta as transformações nas relações de gênero da população Saaraui após o cessar fogo de 1991, destacando a atuação da União das

Mulheres Saarauis e Polísario para o empoderamento e inserção política das mulheres nas esferas decisórias da RASD.

Em conclusão, é fundamental ressaltar que esta monografia se incorpora às pesquisas realizadas no âmbito do Eirenè - Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional -, o qual é vinculado ao curso de Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

1 MULHERES SAARAUIS E O COLONIALISMO ESPANHOL

O objetivo específico deste capítulo é apresentar o conflito do Saara Ocidental, e a partir disso, analisar como a colonização espanhola no território afetou as relações de gênero na sociedade nativa da região, a população saarauí. Para atingir este objetivo se subdividiu o capítulo em quatro seções. A primeira irá focar no histórico da questão do Saara Ocidental e abordará de forma sucinta os principais fatos e evoluções do conflito no território em questão nas últimas décadas. A segunda seção focar-se-á nas tradições do povo saarauí e suas peculiaridades culturais, em específico o papel atribuído à mulher dentro da sociedade, seus direitos e deveres. Já o terceiro segmento deste capítulo, analisará o modelo de colonização empreendido pela Espanha na região, salientando-se as diferentes concepções de gênero entre o colonizador e a população colonizada, ademais das transformações na sociedade após o convívio com europeus e instituições da metrópole que atuaram durante o período com atividades voltadas para as mulheres saarauis. Na última parte do capítulo, analisar-se-á as atividades de resistência contra a permanência colonial espanhola, destacando-se a participação feminina nos movimentos de libertação ali existentes.

1.1 HISTÓRICO DO CONFLITO

O Saara Ocidental é um país costeiro situado no noroeste do continente africano, contendo fronteiras com o Marrocos, Mauritânia e Argélia. O território é historicamente habitado pela população saarauí, a qual possui sua origem étnica árabe-berbere, com uma pequena proporção de negros. Esta população, majoritariamente muçulmana, possuía como sua principal característica a cultura nômade, a qual hoje se encontra enfraquecida como consequência do projeto de sedentarização empreendido durante a colonização espanhola a partir da década de 1960 (CUERVO, 2007).



Figura 01: Mapa Saara Ocidental (FONTE: UJS, 2016).

Com o processo de expansão europeia no continente africano durante o século XV, a Espanha teve seu primeiro contato com o território saaraui em 1497, buscando garantir seu domínio sob as Ilhas Canárias. Na Conferência de Berlim¹, a Espanha conseguiu positivar o seu domínio sob o território do Saara Ocidental. O país foi domínio espanhol entre 1884 e 1976, durante este período o mapa da região foi dividido de forma que a porção norte do território, conhecida como a região de Tarfaya, foi considerado um protetorado, enquanto o restante do país recebeu o status de colônia. Apesar do status jurídicos diferentes, o governo de Madrid controlava ambas as partes do território (COBO, 2011). Para garantir suas possessões territoriais, o governo espanhol firmou diversos acordos de fronteira com a França, país que controlava a maior parte do território em sua volta (COBO, 2011).

Além de suas vantagens geoestratégicas, como corredor de rotas tradicionais de comércio entre o Sahel e a região do norte africano concomitante com sua grande área de costa atlântica propícia para o comércio transoceânico (SOLÀ-MARTIN, 2012), o território saaraui possuía grandes possibilidades para atividades econômicas como a exploração de recursos naturais, em

¹ Conferência realizada em Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, na qual se estipulou a divisão do território africano entre as potências europeias.

especial a pesca, o comércio e a mineração (NAYLOR, 2009). Com o crescimento dos investimentos nas minas de sulfato, houve um crescimento na taxa de sedentarização e consequentemente aumento da população com acesso à educação. Esse processo de enriquecimento intelectual, gerou uma onda de nacionalismo entre os jovens, resultando em uma elite saaraiu com conhecimento e pertinência para lutar pela autodeterminação de seu povo. O nacionalismo saaraiu é muitas vezes questionado pelas partes envolvidas, principalmente por ter nascido como uma resposta ao colonialismo espanhol e as demandas marroquinas sobre o país. Os descrentes de sua legitimidade, argumentam que com a organização tribal histórica da região e suas rivalidades seria muito difícil, quase impossível, que uma identidade única Saaraiu tivesse surgido sem uma ameaça externa que os obrigasse a se unir. Além disso, muitos utilizam como argumento o fato das fronteiras do Saara Ocidental não estarem formalmente delimitadas até a colonização espanhola, para afirmar que a identidade Saaraiu e seu nacionalismo são mitos e produtos de fantasias coletivas (GHOULIDI, 2010).

No ano de 1960, a Organização das Nações Unidas, considerando a sua Carta fundadora e o surgimento do desejo de independência de diversos territórios coloniais, iniciou o debate acerca da criação de uma política anticolonialista. Este debate resultou na criação da Resolução 1514, a qual discorre acerca do direito à autodeterminação dos povos e à integridade territorial, além de trazer mecanismos normativos, como a realização de referendos para a implementação de um processo de descolonização em África. Dever-se-ia transferir o controle deste território à sua população e que ações para obstrução deste processo seriam de caráter incompatível com os princípios e finalidades da Carta das Nações Unidas (ONU, 1960).

Seguindo esta linha de trabalho, a Organização adicionou o Saara Ocidental na lista de territórios não-autônomos, ou seja, pendentes de descolonização em 1963. Já em 1964, o Comitê de Descolonização da ONU estipulou que o direito de autodeterminação se aplicava à população saarauí, o que significaria, baseando-se na Resolução 1514, o direito desta população de escolher, por meio de um referendo, entre a independência, a associação ou a integração a um Estado independente. Em 1966, a Resolução 2229 estipulou que os espanhóis deveriam realizar uma consulta a população de sua colônia acerca de seu futuro. (BARATA, 2012).

Buscando alcançar a autodeterminação da população saaraiu, criou-se, em 1973, a Frente Popular para a Libertação de Saguia Al Hamra e Rio de Oro (POLISARIO). O movimento foi organizado pela elite acadêmica saarauí que estudava na cidade de Rabat, no sul do território

marroquino, e foi influenciada diretamente pela *Harakat*, o primeiro movimento nacionalista da população liderado por Mohamed Sidi Ibrahim Bassiri, nos anos 1960 (NAYLOR, 2009). Inicialmente, a organização focou-se em combater o domínio espanhol. Deixando muito claro seus objetivos ao declarar em maio de 1973

Depois de se ter comprovado que o colonialismo espanhol quer manter seu domínio sobre o nosso povo árabe, tratando de relega-lo a ignorância e miséria, assim como por sua separação do Magreb e da nação árabe; depois do fracasso de todos os meios pacíficos utilizados tanto por movimentos espontâneos, como pelos organismos impostos e outros meios, a F. POLISARIO nasceu como expressão única das massas, optando pela violência revolucionária e a luta armada como meio pelo qual o povo árabe saaraui, possa reaver sua liberdade total e desestabilizar as manobras do colonialismo espanhol. Parte integrante da revolução árabe, apoia a luta dos povos contra o colonialismo, o racismo e o imperialismo, condenando suas imposições que visam colocar os povos árabes sob sua dominação, tanto pelo colonialismo direto ou pelo bloqueio econômico. A liberdade se consegue com o fúsil (POLISARIO, 1973, tradução nossa)

Porém, com a retirada espanhola do Saara Ocidental, começou a combater a ocupação marroquina e mauritana, atuando nos primeiros anos de conflito em duas frentes de combate (ESTRADA, 2014).

Devido às pressões políticas internacionais, o governo espanhol comprometeu-se, em 1974, a realizar um referendo com a população local acerca da independência da região no ano seguinte. Entretanto, os governos marroquino e mauritano demonstraram-se contrários à realização de tal plebiscito e, juntos, levaram uma demanda à Assembleia Geral da ONU, declarando seu direito ao território do então Saara Espanhol. Os países defendiam a existência de laços coloniais compartilhados e traços de identidade cultural semelhantes (ESTRADA, RICCI, 2012). O soberano marroquino Hasan II afirmou que caso a Corte declarasse que o Saara Ocidental era um “território sem dono”, aceitaria a realização do referendo, mas caso a corte defendesse que o Marrocos possuía alguma posse sobre o território pediria que as Nações Unidas permitissem negociações diretas entre Madrid e Rabat para a transferência de sua Soberania (COBO, MENÉNDEZ, 2005). Com a finalidade de sanar as divergências entre as partes, a Assembleia Geral demandou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) seu veredito acerca do status jurídico do Saara Ocidental. Nesta ocasião, a CIJ defendeu que

os materiais e informações apresentados à Corte mostram a existência, no momento da colonização espanhola, de laços legais de fidelidade entre o sultão do Marrocos e algumas tribos que habitavam o Saara Ocidental. Elas mostram igualmente a existência de direitos, incluindo alguns direitos relacionados a terras, da que se constitui laços legais entre a entidade da Mauritânia, como entendido pela Corte, e o território do Saara Ocidental. Por outro lado, a conclusão da Corte é de que os materiais e informações apresentados não estabelecem nenhum laço de soberania territorial entre o território do Saara Ocidental e o Reino do Marrocos ou a entidade da Mauritânia. Por isso, a Corte não encontrou laços

legais de natureza que possam afetar a aplicação pela Assembleia Geral da Resolução 1514 (XV) na descolonização do Saara Ocidental e, em particular, do princípio de autodeterminação através da livre e genuína expressão da vontade da população deste território. (CIJ, 1975, p. 100, tradução nossa).

Entretanto, no mesmo dia em que foi conhecida a conclusão da Corte, o Rei do Marrocos, Hassan II, em um discurso à população marroquina, anunciou que o a CIJ havia aceitado a existência de vínculos jurídicos e de submissão entre a população do Saara Ocidental e o Reino do Marrocos. Omitindo a parte da decisão judicial que negava todo e qualquer laço de soberania territorial entre o reino marroquino e o território saarauí. Hassan afirmava que no direito islâmico não há diferenças entre a soberania territorial e laços jurídicos e de submissão. Como consequência, em sua interpretação, o Saara seria parte do Marrocos (COBO, 2011). Além disso, afirmou ter sido inspirado por Deus e sonhado com uma forma de reconstruir o Grande Marrocos²: a Marcha Verde (BARATA, 2012). Esta foi iniciada em 6 de novembro de 1975, e enviou aproximadamente 350 mil civis e 20 mil militares para reabitar o território saarauí e ocupar as residências desocupadas em razão da saída dos colonos espanhóis.

Neste contexto, e com o General Franco fragilizado em Madrid e o regime franquista enfraquecido, uma guerra colonial era o último desejo do governo espanhol. Por fim, o governo de Arias Navarro acabou por aceitar os desejos marroquinos e enviou uma carta ao governo de Rabat defendendo a necessidade de levar em conta interesses mútuos e manter a paz internacional, além de se comprometer a negociar a saída espanhola do Saara Ocidental, caso isso significasse o fim da Marcha Verde (COBO, 2011). Espanha, Marrocos e Mauritânia instituíram uma administração tripartite do território, nos chamados Acordos de Madrid. Como recompensa da partilha de seu domínio, a Espanha receberia 35% da arrecadação com a exploração do fosfato no território do Saara Ocidental (SMITH, 2004). O Marrocos ficaria com o norte do território onde criaria três províncias, Aajun, Smara e Bojador. Já a Mauritânia, assumiu o controle da região sul do país, a que chamou Tiris El Gharbia (COBO, 2011).

No dia seguinte da retirada espanhola em 27 de fevereiro de 1976, com objetivo de impedir o expansionismo marroquino e mauritano e garantir sua independência na região, declarou-se a

² Após sua independência em 1957, a estabilidade interna do Marrocos se mostrava muito frágil, por isso criou-se a ideia da existência de um Grande Marrocos histórico, de fundamental importância para a construção do nacionalismo e centralização do poder sob o sultão a fim de se manter a integridade territorial. Como resultado, o mapa do Marrocos foi redesenhado, abrangendo territórios além de sua herança colonial, sendo descrito como “desde o estreito de Gibraltar até o rio Senegal, incluindo 500 mil quilômetros da Argélia, um pedaço do Mali, todo o Saara Ocidental e a Mauritânia por completo” (SUZIN; DAUDÉN, 2011, p. 116).

criação da República Árabe Saaraui Democrática (RASD) pela POLISARIO (ESTRADA, RICCI, 2012). Desde então, a POLISARIO se manteve atuante e as instituições de sua República mantidas fora do território do Saara Ocidental, mas em pleno funcionamento no território da Argélia. A RASD, até 2013, tem reconhecimento como país independente de mais de 80 países, de todos os continentes (SMOLAREK, 2013). O país foi aceito na Organização da Unidade Africana em 1982 e é reconhecido pela maioria dos países membro da organização (SOLÀ-MARTIN, 2009).

Como resultado desta partilha, o território possuía uma ocupação militar do Marrocos ao norte e da Mauritânia ao sul. Com o fim de combater a ocupação estrangeira, a POLISARIO empenhou uma intensa atividade de guerrilha, dando início a um conflito em duas frentes para conter os avanços das forças estrangeiras. Em razão do aumento da violência e da utilização de bombas napalm e de fósforo branco nos bombardeamentos marroquinos, milhares de saarauís abandonaram suas casas e cidades com esperança de encontrar proteção da POLISÁRIO no deserto. Entretanto, as tropas da organização não possuíam recursos suficientes para manter seu povo. Como resultado, os refugiados saarauís encontraram refúgio na cidade de Tindouf, no sudoeste da Argélia, onde construíram os acampamentos de refugiados que até hoje se encontram ativos (SUZIN, DAUDÉN, 2011).

Em 1979, o governo mauritano se retirou do conflito em razão de seu alto custo de manutenção, renunciando seu território ocupado e, em 1984, reconhecendo a POLISÁRIO e a RASD como representantes legítimos do Saara Ocidental (ESTRADA; RICCI, 2012). Para manter seu domínio em parte do país, o Marrocos iniciou a construção do muro *Berm*, na década de 1980, o qual divide o território do Saara Ocidental em dois, sendo que aproximadamente 80% da superfície total do país está sob controle das forças armadas marroquinas.

Após anos de conflito, em 1988 a partir de uma atuação conjunta entre União Africana e ONU conseguiu-se lograr que as partes assinassem o *Settlement Plan*, um cessar fogo baseado na realização de um referendo, no qual a população decidiria entre a proclamação da independência ou a integração do Saara Ocidental ao Marrocos. Assim, em 29 de abril de 1991, com a adoção da Resolução 690, o Conselho de Segurança instituiu a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), que, desde sua implementação até os dias atuais, não conseguiu realizar tal plebiscito, em razão da discordância entre as partes no perfil dos eleitores envolvidos (DONATTI, 2013).

Inicialmente, as partes haviam concordado em aceitar o censo realizado pelo governo espanhol em 1974 como base de trabalho para o levantamento do quórum eleitoral. Contudo, o *Settlemente Plan*, é um documento vago com problemas estruturais que prejudicam a sua implementação, dando margem de manobra para os dois lados manipularem o processo de implementação do referendo. Os dois atores reconheceram logo no início das negociações que a melhor forma de se vencer o referendo seria influenciando a identificação dos possíveis eleitores. O Marrocos buscava expandir e inflar o número de votantes além daqueles contidos no censo de 1974 incluindo seus cidadãos que residem no território após a Marcha Verde, enquanto a POLISARIO tentava manter este mais próximo possível aos parâmetros do censo. Como resultado, ambas as partes limitam a cooperação com a MINURSO e interrompem o processo de identificação sempre que lhes é conveniente (THEOFLOPOULOU,2017)

Nos anos 2000, após a percepção que o *Settlemente Plan* não conseguiria trazer paz a região, várias rodadas de negociação foram empreendidas para conseguir-se concluir a disputa. Em 2001, o representante do secretário geral para a questão James Baker apresentou o *Plano Baker*, proposta que defendia a realização do referendo, entretanto apenas após um período de transição de semi-independência³. Contudo, a proposta foi recusada tanto pelo reino do Marrocos quanto pela POLISÁRIO. Enquanto o governo marroquino rejeitava qualquer ideia de independência do território saarauí, a Frente Polisário considerava o plano insuficiente e com demasiadas concessões de sua parte ao Reino.

Após novas rodadas de conversa, o Plano Baker foi reformulado em 2003, sendo nomeado como *Peace Plan for Self-Determination of the People of Western Sahara*, mas ficando conhecido como Plano Baker II (SOLÁ-MARTIN, 2009). O plano contava com um período maior de transição, no qual se elegeria uma Autoridade para Saara Ocidental (ASO), estando a região sob o guarda-chuva da soberania Marroquina e contaria com a realização do plebiscito após cinco anos nesta conjuntura⁴. Inicialmente o plano contou com o apoio do Conselho de Segurança e foi

³ Segundo esta proposta, ainda se realizaria o referendo, mas sem se falar inicialmente de sua independência. A região passaria por um período de transição de quatro a cinco anos, sendo semiautônoma, no qual a população poderia escolher um governo executivo e legislativo local responsável pela administração doméstica, enquanto o Marrocos ficaria a cargo das relações exteriores e da defesa do país (MIGDALOVITZ, 2008). Posteriormente, realizar-se-ia a consulta pública com a participação de todos os habitantes da região, o qual determinaria a independência, a autonomia ou a integração do Marrocos (PENNA FILHO, 2010).

⁴ Em seu novo formato, o plano possuía três fases, sendo a primeira de um ano e estipulava a liberação dos prisioneiros de guerra e redução de efetivo das Forças Armadas. Já durante sua segunda fase, se realizaria uma campanha eleitoral para a eleição da chamada Autoridade do Saara Ocidental (ASO), a qual seria formada pelo chefe executivo e

descrito como uma ótima solução política entre as partes (ONU,2003). Entretanto, em razão da resistência das partes envolvidas, não foi implementado.

Após diversas tentativas de negociações, em 2007 os dois atores apresentaram individualmente propostas de resolução ao então secretário geral da ONU, Ban Ki-moon. O projeto marroquino defendia a ideia da autonomia saarauí inserida na soberania marroquina, ou seja, o território possuiria certa autonomia, mas o Marrocos manteria sua integridade territorial. Segundo sua proposta, a região do Saara Ocidental possuiria autonomia nos âmbitos administrativos, econômico, fiscal, de infraestrutura, cultural e de meio ambiente, mas se manteria sobre controle do governo central do reino as questões jurídicas relacionadas a soberania, segurança e defesa nacional, as questões de política externa, as questões de direito de exploração e exportação dos recursos naturais e as questões religiosas e relacionadas à figura do rei. Em contrapartida, ao apresentar sua proposta, a POLISARIO reiterou seu direito de autodeterminação. Porém, desta vez ofereceu ao governo marroquino garantias econômicas e de segurança, baseando-se no preceito da cooperação (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2007). Devido às diferenças de perspectivas, não se chegou a um entendimento entre as partes e nenhuma das propostas conseguiu ser aprovada. Apesar do incentivo da ONU para a continuidade das rodadas de negociação entre o Marrocos e a POLISARIO, nota-se que a discussão acerca do tema se encontra estagnada. As várias rodadas de negociações informais realizadas desde então não têm conseguido evoluir para a resolução do conflito.

A população saarauí está atualmente estipulada em 273 mil habitantes (SOLÀ-MARTIN, 2012), a qual se encontra dividida entre a zona controlada pelo Marrocos, porção que representa aproximadamente 7/8 do território original do Saara Ocidental; a zona livre, a qual se encontra sob domínio da POLISARIO; e os campos de refugiados localizados no território argelino. Os arredores do Muro de Berm, o qual divide a zona ocupada e a sob controle saarauí, segundo a *Landmine Action*⁵, entre as regiões mais minadas do mundo. Fato que dificulta a comunicação e contato entre

assembleia legislativa, órgãos que possuiriam poderes amplos, excluindo-se os temas relacionados à segurança nacional, defesa da integridade territorial, política externa, impostos e símbolos nacionais como bandeira, hino e moeda. Segundo o plano, nesta fase o corpo eleitoral seria formado pelos maiores de idade incluídos na lista de votantes de 31 de dezembro de 1999 da MINURSO, conjuntamente com a lista de repatriados de 31 de outubro de 2000 disponibilizada pelo ACNUR. Em sua última fase, se realizaria um referendo como estipulado no *Settlement Plan* em 1991. Neste plebiscito, incluir-se-ia na lista de eleitores os indivíduos que vissem no Saara Ocidental de forma contínua desde dezembro de 1999 (FISAS, 2011).

⁵ Organização sem fins lucrativos que atuava no desarmamento de minas terrestres, hoje se transformou na Action on Armed Violence.

as famílias que se encontram em lados distintos do muro. Segundo dados da POLISÁRIO, cerca de 165 000 refugiados saaraui vivem nos campos de Tindouf. Contudo, os dados oficiais do ACNUR em 2009 estimavam cerca de 116 mil nestes campos (SOLÀ-MARTIN, 2012).

Com a finalidade de se compreender o impacto do colonialismo espanhol e marroquino na sociedade saaraui e, principalmente, nas mulheres da região, o próximo tópico se concentrará na atuação da mulher na sociedade saaraui nômade antes da chegada dos europeus na região.

1.2 A MULHER NA SOCIEDADE SAARAUI PRÉ-COLONIAL

Como consequência da natureza nômade das *kabilas* saaraui, se perpetrou mais a tradição oralmente que de forma escritas. Por isso, raramente se encontram documentos que tenham como tema a cultura e costumes saaraui de épocas mais remotas no qual possa se analisar o papel da mulher na sociedade, apenas alguns relatos na literatura de outros povos. Entretanto, com o trabalho de investigadores realizados já no início do século XX, conseguiremos recuperar parte da história deste povo. Principalmente, porque a organização social dos grupos nômades do Saara sofreu poucas transformações até o processo de sedentarização efetivado pela potência colonizadora espanhola a partir de 1930 (OLIVEIRA, 2011). Este capítulo baseou-se nestas pesquisas para destacar as peculiaridades das tradições saaraui e demonstrar o papel da mulher nesta sociedade antes das transformações ocasionadas pela penetração da cultura espanhola na região. Nesta seção buscou-se demonstrar que a grande presença e reconhecimento da mulher saaraui não se deve apenas as experiências recentes na RASD, mas também de tradições do Povo Saaraui, da sua história como grupo nômade, no qual as mulheres eram respeitadas e tratadas de maneira mais igualitária.

Autores como Belloso e Azkue (2009) defendem que o grande respeito as mulheres na sociedade deve-se a posição geográfica habitada pelos saaraui, que constitui uma ponte, entre duas realidades históricas e culturais distintas, a região norte africana e África subsaariana⁶. Como

⁶ A situação geográfica dos saaraui, que possibilitou a articulação entre dois mundos africanos, o norte arabizado e o subsaariano negro, pode ser observada claramente em suas roupas e indumentária. Pode-se ver o melhor das duas tradições. Tanto homens como mulheres utilizam roupas confeccionadas a partir de um tecido inteiro, sem decotes ou confecções específicas. Diferentemente dos mantos de cores discretas e de material opaco e grosso de outras regiões muçulmanas, as mulheres saaraui costumam utilizar as melfas, como são chamados os véus, de materiais leves, como seda e linho, com cores vibrantes

consequência, desenvolveu-se um misto entre a cultura árabe e berbere, colocando a mulher saaraui em uma posição única no mundo muçulmano. A tradição beduína sempre delegou as mulheres um papel decisivo no controle das propriedades coletivas e no funcionamento das comunidades nômades, ademais, de possuírem uma organização familiar matriarcal e matrilocal, o que gerava uma maior liberdade e direitos para as mulheres nestas sociedades (BELLOSO; AZKUE, 2009). Na sociedade Saraaiui homens e mulheres compartilham os espaços públicos e privados. Entre as mulheres se observa o uso de véu, as quais regulam sua abertura de acordo com as mudanças climáticas, independentemente da presença de homens. Ademais, desde o século XIV as mulheres possuem liberdade para ir e vir sozinhas e receber visitantes, independentemente do sexo, nos períodos de ausência dos homens de sua família ou marido (JULIANO, 1998). Em uma entrevista para Dolores Juliano (1998) uma saaraui afirma “ na vida nômade, os homens estavam muito tempo fora de casa, assim tiveram que aprender a confiar em nós (JULIANO, 1998, p.52).

Diferentemente das sociedades árabes sedentarizadas, a mulher árabe nômade possuía uma posição de poder e respeito. Seu relevante estatuto doméstico se explica em razão dos grandes períodos de ausência dos homens para cuidar dos rebanhos e da criação de cavalos de raça (DAHMANE, 2008). Ao contrário de outras sociedades muçulmanas, nas quais a poligamia é comum, nas comunidades saraiuis se observava a monogamia como regra. Os casamentos eram comumente utilizados para realizar aliança entre diferentes tribos (LIPPERT, 1992). Apesar disso, as mulheres deveriam concordar com a proposta de casamento e possuíam o direito de renegar um pretendente (DAHMANE, 2008). Na tradição saaraui, as mulheres são responsáveis pela casa e a educação dos filhos, além de possuírem direito à herança e poderem viver independentemente de suas famílias e maridos (LIPPERT, 1992). O historiador Bengochea, ainda complementa que

na sociedade saaraui, as mulheres contavam com certa capacidade de decisão, tradicionalmente, quando os homens abandonavam o núcleo familiar como consequência das transições de uma sociedade pecuária nômade, as mulheres se responsabilizavam pelas atividades que estes deveriam se encarregar, desde receber convidados até realizar negócios e vendas (BENGOCHEA, 2013, p.122, tradução nossa)

A posição de relevância da mulher teve sua origem na confederação Berber de Sanhaja, o que gerou a organização matriarcal e matrilocal das comunidades saraiui antes da penetração do Islã no Magreb (DAHMANE, 2008). Dolores Juliano (1998) defende que este modelo de

ou estampados segundo as tradições centro-africanas. A utilização de véus semitransparentes e coloridos pode ser considerada outra diferença de outras culturas muçulmanas mais rigorosas (JULIANO, 1998).

organização matriarcal se manteve constante até aproximadamente o século XVI, quando o Califado do Sultão Mohamed El Hadj tornou-se soberano na região. Como consequência, as bases familiares e de parentesco assumiram um viés patriarcal, entretanto se manteve a matrilocidade.

Outro diferencial das comunidades do Saara Ocidental em relação a outros países islâmicos é a sua interpretação do Islã. Os saraouis entendem o Islã como um conjunto de tradições e fazem uma interpretação nacional chamada por eles de “Islã do deserto”. A mulher saaraui é, provavelmente, a mulher muçulmana mais atípica do mundo árabe (GARCIA et al, 2009). Segundo Rosseti (2011), a interpretação do Islã saaraui pode ser enquadrado como Sunita Maliquista, doutrina que promove uma interpretação mais pessoal da religião muçulmana. No blog sobre da luta feminina no Saara Ocidental *Ser Mujeres*, a doutrina Maliquista é definida como

Esta é uma forma moderada do Islã, livre de qualquer forma de sectarismo ou dogmatismo. Conhecida por sua tolerância, encoraja a solidariedade, promove a unidade, desdenha a violência e o ódio e combate a arbitrariedade e a opressão. Foi o verdadeiro agente unificador do caráter nacional (United Nation International Human Rights Instrument, 2001 apud Sermujeres Website).

O maliquismo é uma das quatro escolas de interpretação da lei muçulmana sunita, tendo sua origem datada no século IX (ROSETTI, 2011). Durante suas visitas aos campos de refugiados em Tinduf, Higgs e Ryan (2015) relatam que durante entrevistas a população sarai defendiam que o Islã é uma religião baseada na tolerância e que reconhece que homens e mulheres são iguais no Corão. Na opinião dos entrevistados, o texto afirma que homens e mulheres são diferentes por possuírem suas particularidades, porém possuem direitos igualitários. Segundo as autoras, os saraouis acreditam que o Islã promove o respeito à mulher e que lhe disseram que as nações que utilizam o Corão para oprimir as mulheres mal interpretam o livro sagrado. Seguindo sua compreensão do Islã, as mulheres saraiuis utilizam como exemplo grandes heroínas do Corão como Aisha, Fatiman e Zainab para justificar e encorajar o engajamento feminino na esfera pública.

A divisão do trabalho nas tribos saraiu estava baseada no gênero. Recaía aos homens a responsabilidade de supervisionar as atividades de segurança e defesa das *frigs*, além da produção que requeriam trabalhos fora dos acampamentos como pesca, cuidado com os rebanhos, plantações e atividades de cunho comercial. Ademais, de administrar a renda proveniente da produção da tribo. As mulheres eram atribuídas a responsabilidade de transformação de matérias-primas, supervisionar a produção de alimentos e todos os trabalhos relacionados com o mantimento da casa e da família (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, apesar da principal responsabilidade atribuída às mulheres fosse as relacionadas ao lar e aos filhos deve-se destacar que nas sociedades pré-capitalistas, principalmente entre as comunidades nômades, estas atividades possuem outro peso e reconhecimento social que nas sociedades modernas onde há uma clara distinção entre a vida pública e privada (GOLDSMITH, 2005). Em uma sociedade que vive no deserto, não há grandes ambientes públicos como mercados ou prédios onde se exercem as atividades econômicas, estas atividades eram realizadas nas mesmas tendas nas quais as famílias viviam. Como consequência, ainda que existisse uma divisão sexual das tarefas produtivas, as mulheres não se encontravam excluídas dos ambientes de decisões políticas e econômicas da vida comunitária (OLIVEIRA, 2011).

Segundo as tradições saarauís a fabricação, montagem e manutenção das *jaimas*, espécies de tendas nas quais a população nômade vive, era de responsabilidade feminina. As jovens ao chegar próximas a idade casadoura iniciavam a tecer elas mesma sua tenda, conjuntamente com as outras mulheres de sua família ou amigas, em uma forma de trabalho coletivo conhecido como *Tuisa* (PERREGAUX, 1993). Com todo trabalho empreendido durante a construção da *Jaima*, esta passa a ser de propriedade da mulher. Mesmo nos casos de divórcio ou falecimento de seu marido, a *Jaima* conjuntamente com todos os bens domésticos continuavam como patrimônio das mulheres e viajariam com ela para todos os lugares. Não existindo possibilidade de seu antigo marido reclamar o direito sobre sua propriedade. Tradicionalmente os homens divorciados ou voltavam para as tendas de suas mães ou para de algum familiar (OLIVEIRA, 2011).

Como citado anteriormente, a *Tuisa* é uma forma de trabalho coletivo e solidário fundamental para se entender a forma de organização social e política destas sociedades nômades. Como defende Francesca Gargallo (2013), a *Tuisa* é parte essencial da solidariedade feminina entre as saarauís, ademais de uma maneira de transmissão de cultura e manutenção da coesão familiar. É a *Tuisa* que possibilita a realização de trabalhos pesados ou novos empreendimentos sem se perder a tradição, além que durante sua realização se transmite informações vitais, tomam decisões coletivas e se debate sobre sua condição de mulher e as decisões da tribo. Em seu livro *Ritos de Jaima*, o poeta saaraui Liman Boicha descreve a *Tuisa* como

um dia de trabalho coletivo, uma expressão de solidariedade entre mulheres. Elas se unem e ajudam as mais necessitadas a costurar sua nova jaima se esta acaba de formar uma nova família, ou a repara-la e levanta-la se o vento à descosturou. As doentes, lhe aliviam os deveres dos trabalhos diários, e as mais velhas as cobrem de cuidado. *Tuisa* é fraternidade. O ambiente laboral é festivo, sempre repleto de energia, conversações e brincadeiras (BOICHA, 2012, p.27-29)

No Saara a mulher é conhecida como um membro do “*el lal*”, ou seja, o coração da *Jaima*. Isto se deve em razão da compreensão que sem ela não seria possível a sobrevivência da família e da tribo, sem ela não há reprodução biológica ou social. Como a família é o produto do matrimônio, pode-se dizer que para as sociedades nômades este se torna a celebração mais importante da vida dos indivíduos (DAHMANE, 2008). Os casamentos costumavam ser realizados numa idade jovens para as mulheres, Dolores Juliano (1998) afirma que a média seria entorno dos 18 anos, porém havia relatos de casos de casamentos juvenis com a noiva ao redor dos 14 ou 15 anos, além de casamentos com a noiva em uma idade mais avançada.

A autora ainda relata que casamento com grande de diferença de idade entre os noivos não eram raros, inclusive existindo caso no qual a diferença entre a idade dos noivos poderia ser de mais de vinte anos. Os casamentos eram arranjados pela família dos noivos, sendo de extrema importância a negociação acerca do dote da noiva, na qual estariam envolvidos os pais do casal e o chefe do clã. Porém, as decisões das mulheres possuíam grande peso nas negociações prévias, a aceitação e a opinião da noiva sobre o enlace era um elemento de peso a ser levado em conta pelas famílias (JULIANO, 1998).

O dote deveria ser pago pelo noivo à família da noiva, normalmente este deveria entregar uma quantidade considerável de bens, como rebanhos, joias e tecidos. Já a noiva, cabia a responsabilidade de fabricar ela mesma, conjuntamente com suas familiares, a tenda em que viveriam após o casamento (JULIANO, 1998). Apesar que muitos estudiosos ocidentais critiquem o pagamento do dote e muitos chamem esta prática de venda de noivas, Juliano (1998) afirma que esta é uma afirmação simplista que deve ser questionada. A autora argumenta que em muitos países árabes se a família da noiva não pede um dote, ou pede um valor muito baixo, por seu casamento se interpreta que esta não é querida por sua família, pois está lhe deixando partir sem nenhuma compensação. Ademais, afirma que isso evita uma maior exclusão feminina. Em sociedades em que a família da noiva deve ser responsável pelo dote, muitas vezes filhas mulheres são vistas como um peso, afinal casá-la significa empobrecer a família. Além disso, deve-se analisar para quem irá receber os bens, porque caso a noiva tenha acesso a esse dinheiro aumentará a sua autonomia, lembrando que nas sociedades berberes as mulheres possuem direito à herança (JULIANO, 1998).

Distintamente de outras sociedades tradicionais, não há controle público ou verificação da virgindade da noiva. A sociedade espera que as jovens não tenham relações sexuais antes do

casamento e fidelidade delas durante o matrimônio, porém o descumprimento desta regra social, até mesmo em casos de gravidez fora do casamento, embora seja mal visto e condenado socialmente, não encarreta uma marginalização da jovem ou de sua família dentro da tribo, além de não impedir um matrimônio posterior ao nascimento da criança (JULIANO, 1998).

A pesar de possuir uma organização comunal patriarcal, os jovens recém-casados possuem residência matrilocal, ou seja, se mudavam para o local de vivência da família da noiva, pelo menos até o nascimento do primeiro filho do casal. A matrilocidade e a possibilidade da mulher manter o sobrenome paterno após o casamento, ademais de passa-lo para seus filhos, representa como a sociedade saarauí permitia às mulheres uma certa autonomia de seus maridos e da família de seu noivo. O reconhecimento dos direitos das mulheres nas comunidades saarauís chega a possibilitar o pedido de divórcio por diversos motivos por parte das mulheres, além de possibilitar que estas fiquem com a guarda dos filhos após a separação. Além disso, após a separação o ex-marido deveria ajudar com os gastos dos filhos. Caso a mulher volte a se casar, este fato não ocasiona que ela perca a guarda dos filhos (JULIANO, 1998).

Percebe-se por estes relatos, que a mulher saarauí possuía nas sociedades tradicionais diversos direitos garantidos, como o direito ao divórcio e a herança, que até mesmo nas sociedades ocidentais consideradas modernas e vanguardistas foram negados a este coletivo até o século XX. A próxima seção irá debater as transformações na sociedade saarauí após o processo de sedentarização implementado pelo governo espanhol e como a percepção de gênero da potência colonial influenciou nos direitos das mulheres saarauís durante este período.

1.3 A VIDA SOB CONTROLE ESPANHOL

Com o descobrimento das reservas de fosfato no território até então conhecido como Saara Espanhol, surgiu a necessidade de mão de obra para iniciar os trabalhos de exploração das minas. Para suprir esta demanda o governo espanhol começou a implementar no início dos anos 60 uma série de medidas coloniais a favor da sedentarização da população nômade do território (BENGOCHEA, 2013). O processo de sedentarização e ocidentalização patrocinado pelo governo de Madrid, causou uma transformação na sociedade saarauí ocasionando a perda de vários direitos para a população, especialmente para as mulheres. Uma das principais mudanças no modo de vida saarauí foi a separação entre o público e privado, que nas sociedades nômades não era bem delimitado. Até aquele momento, as mulheres controlavam as economias de subsistência e possuíam uma gama de liberdades (POLO, 2012).

Além disso, os nativos que até então não estavam submetidos a nenhum poder central, agora se encontravam sob a administração de uma potência colonial, da qual deveriam acatar todas as exigências. Os homens passaram de ser pescadores e pastores, para mineiros e pedreiros, de se locomover através de camelos para utilizar veículos de quatro rodas. Enquanto isso, as mulheres viraram donas de casa, com pouco convívio social e sem acesso ao sistema educativo (POLO, 2012). O sistema econômico colonial estava diretamente relacionado com as metas de produtividade, por isso a capacidade física era um fator decisivo para a inserção destes indivíduos nos meios de produção. Como consequência, o sexo e idade foram fatores discriminatórios na seleção de funcionários para o mercado de trabalho, mantendo mulheres e pessoas mais idosas fora das atividades produtivas, modificando profundamente as dinâmicas sociais e econômicas das famílias saarauis (POLO, 2012).

Diversos dos autores utilizados nesta pesquisa afirmam que a colonização espanhola gerou um retrocesso na posição social da mulher saarai na sociedade, principalmente na autonomia e liberdades que esta possuía em sua comunidade nômade. As mulheres mais afetadas foram aquelas de famílias que se sedentarizaram e tinham contato direto com espanhóis em seu dia a dia (OLIVEIRA, 2011). Ao se fixarem em uma região, as mulheres acabaram tendo seu contato social reduzido e sendo limitadas dentro das quatro paredes de suas casas. Em uma entrevista à Christiane Perregaux uma saarai afirmou

foi preciso a colonização e a sedentarização forçada nas cidades para nos enclausurar (...) em casas que se transformam em verdadeiras prisões. De repente, dependíamos do salário de miséria pago aos nossos pais ou aos nossos maridos por empresas de exploração do fosfato de Bu Craa ou por empresas de construção (Perregaux, 1993, p. 58, tradução nossa).

Além disso, a diferente concepção de gênero e papel da mulher na sociedade do ponto de vista espanhol obrigou que estas mulheres nativas desempenhassem um papel diferente daqueles que estavam acostumadas nos seus encontros com os colonizadores, causando uma transformação em sua conduta quando interagem com os homens espanhóis em relação aos momentos que se encontravam apenas saarauis. Porém, deve destacar que apesar de ter sido transformada pelo contato com os espanhóis, a independência e capacidade de ação das mulheres saarauis não desapareceu. Na luta pela autodeterminação o coletivo de mulheres, conjuntamente com os jovens, foi pioneiro na organização do movimento de libertação (OLIVEIRA, 2011).

O projeto de colonização hispânico, visava a fixação da população local, mas também uma transformação nas relações de gênero da sociedade através da implementação de um órgão

governamental espanhol conhecido como Seção Feminina de Falange Espanhola (BENGOCHEA, 2013). A organização iniciou o recrutamento de professoras e funcionários para trabalhar em sua colônia a partir de 1961. O historiador Enrique Bengochea ressalta que a Seção feminina possuía uma visão sobre a mulher saaraui que “incluía uma dimensão de gênero clara, definindo o que deveriam ser suas características em função de seu sexo, ademais também de ser parte de uma concepção que as definia como indígena, muçulmana, ignorante” (BENGOCHEA, 2010, p. 26).

A Seção Feminina do Partido Político da Falange Espanhola e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista foi uma instituição criada pelo partido franquista espanhol em meados da década de 30. É conhecida por seu trabalho para transformar a mulher espanhola na base da casa e da Pátria. Com o fim da Guerra Civil no país, obteve status de instituição governamental em 1937 e definiu-se como suas atribuições: a formação para a manutenção do lar para as mulheres; formação política e profissional para as mulheres integrantes do partido franquista e a criação do Serviço Social da Mulher na Espanha (VILLENA; CERDEÑO, 2014).

A instituição possuía como missão moldar as mentes e corpos das futuras mães da pátria espanhola através de suas doutrinas e ensinamentos. No final dos anos 50, o governo franquista decide expandir as atividades da instituição para suas colônias africanas, em especial para o Saara Ocidental e Guiné. Seu objetivo era demonstrar a boa vontade do regime com suas colônias, além de seus programas de ensino tinham a tarefa de transmitir a política de gênero franquista, e assim promover uma uniformização e disseminação da cultura hispânica nesses territórios (VILLENA; CERDEÑO, 2014).

No ano de 1959 foi inaugurada a primeira missão da Seção Feminina para as províncias africanas (SÁNCHEZ, 2007). O propósito governamental era estabelecer condições para que a Espanha continuasse como sócio preferencial, economicamente e politicamente, caso esses territórios passassem por um processo de descolonização. Para isso, foi incumbido a Seção Feminina que empreendesse as mesmas atividades executadas em terras espanholas, a fim de desenvolver as mulheres nativas para que estas tivessem orgulho de ter algum dia pertencido a nação espanhola (SUÁREZ, 1993 apud VILLENA; CERDEÑO, 2014). Esta preocupação com a introdução da cultura castelhana em suas províncias não foi desinteressada. Com a ascensão de Hassan II ao trono do Reino do Marrocos, o país passou a reivindicar o direito sobre os territórios de Sidi Ifni e Río de Oro, na porção norte das províncias hispânicas, além da expansão de seus

domínios em águas internacionais. Ações que foram interpretadas como uma ameaça para a manutenção das possessões espanholas no continente africano (VILLENA; CERDEÑO, 2014).

Na concepção de gênero franquista, a principal obrigação da mulher estava relacionada à manutenção da casa e criação da família. Ela estava submetida à autoridade de seus maridos ou familiares homens, somente sendo permitida sua atuação em ambientes públicos em obras benéficas a pátria ou a ideologia do partido. As mulheres saarauis, em razão de sua condição de seres colonizados, segundo o ponto de vista do partido, não deveriam atuar neste ambiente público. Afinal, em seu papel de ser subalterno, deveriam ser as receptoras das ações das mulheres espanholas, não agentes de transformação. Neste segmento, deve-se destacar a participação das mulheres espanholas neste sistema de opressão de gênero, em especial as mulheres castelhanas que atuaram como professoras e voluntárias durante o funcionamento da Seção Feminina em território saaraui. Apesar de todas serem mulheres, as mulheres espanholas se sentiam superiores as mulheres saarauis em razão do status destas como seres colonizados, impondo às mulheres nativas suas concepções de gênero.

Esta perspectiva da instituição destaca o caráter interseccional da opressão sofrida pelas mulheres saarauis. Estas não sofriam discriminação apenas por ser mulheres ou seres colonizados, mas as duas identidades de maneira conectada. Como defende Bilge (2009)

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 03).

Nesta perspectiva, Maria Lugones (2003) afirma que a Interseccionalidade funciona como uma lente que nos permite ver as opressões que não podem ser identificadas quando analisamos as identidades como raça, gênero e classe separadamente, ou seja, a Interseccionalidade nos mostra um vazio. Lugones defende que a realidade das mulheres de cor⁷ apenas pode ser compreendida ao se perceber gênero e raça intrinsecamente. A utilização do termo mulher, sem analisar suas demais identidades, possui um sentido racista, já que as tradições feministas ocidentais estão relacionadas com o grupo dominante definido como a mulher ocidental branca burguesa heterossexual. A

⁷ Para Lugones (2003) na categoria Mulheres de Cor estão inseridas mulheres negras, indígenas, muçulmanas, latinas e lésbicas.

Interseccionalidade, como defende Hirata (2014) é um instrumento de luta política, pois nos permite combater as diversas formas de opressões que se encontram interligadas.

Em sua atuação em território saarai, a Seção feminina não prestou atenção as peculiaridades culturais e a realidade dessas mulheres, apenas reproduziu os mesmos programas e projetos realizados na Espanha. Essa percepção homogeneizadora, desenvolvimentista e muitas vezes com um discurso salvacionista resultou no fracasso da atuação da instituição em África (VILLENA; CERDEÑO, 2014).

Durante quase todo seu período de atuação da Seção Feminina em terras saarauis, Concepción Mateo Merino foi sua diretora. A primeira escola da instituição foi aberta em maio de 1964 em El Aiún. Aos poucos a atividade da instituição foram se espalhando para o interior do país. Entretanto, para isso dependiam da vinda de voluntarias da metrópole e da disponibilidade de infraestrutura cedida pelos governadores locais. Gradualmente, as escolas ambulantes conseguiram chegar em cidades como Daora, La Güera e Bú-Cráa com atividades nas áreas educativas, sanitárias e sociais (VILLENA; CERDEÑO, 2014). A atuação da organização possui três pilares principais na região: atividades com as jovens nativas; a divulgação de informações sobre saúde e assistências sanitárias; e formações educativas e culturais. Deve-se destacar que a missão conseguiu integrar a atuação da Seção nos poucos colégios disponíveis na colônia (VILLENA; CERDEÑO, 2014).

Enrique Bengochea (2013) em suas investigações sobre a atuação da Seção Feminina no Saara Ocidental, destaca como a metrópole enxergava como um problema o poder e relevância da mulher saarai na sociedade. Em seu texto, o autor traz partes de um Relatório redigido por Concepción Mateos em 1963 durante o período de estudos para implementação da seção em território africano, nele a então diretora da instituição tenta explicar a seus companheiros a relação de gênero da sociedade nativa, pode se ler

Homens: Orgulhosos, guerreiros, pois tem vivido muito das pilhagens, poucos trabalhadores; se dedicam apenas ao pastoreio na atualidade e a muito poucos ofícios. Apenas vi ourives e majereros. Realizam as tarefas normais da casa. De tal maneira são melhores para o serviço doméstico que as mulheres. São monogâmicos, ainda que troquem de mulheres muito frequentemente, embora nem sempre são eles que repudiam a mulher, em muitas ocasiões são as mulheres que se separam de seus maridos por iniciativa própria. Mulheres: São conhecidas como brinquedos dos homens, sendo assim muito caprichosas e vagas. Praticamente só sabem tecer a lã de camelo para cobrir as jaimas. Sempre estão reunidas com amigas e parentes tomando chá. Se casam aos 12 ou 13 anos e este primeiro matrimônio são organizados seus pais em troca de pedir ao futuro marido um camelo, cabras etc... Depois a mulher pode buscar outro marido uma vez que tenha pedido uma espécie de divórcio (BENGOCHEA, 2013, p.126, tradução nossa).

Segundo a interpretação espanhola este sistema de gênero deveria ser corrigido. A partir desse momento, o governo franquista apoia a instituição para que este possa dar novos significados ao poder formal e informal das mulheres locais (BENGOCHEA, 2013). O relatório de Concepción Mateos relata a autonomia das mulheres em questões como o divórcio e a existência de redes de apoio femininas como um fato surpreendente e negativo. O sistema de gênero da sociedade saaraui, como a divisão por sexo das tarefas, a socialização dos cuidados com os filhos, as redes matrilocais e casamentos endógamos, ou seja, as tradições pré-coloniais em si não foram compreendidas pelo colonizador europeu católico. Essas características foram interpretadas como se a mulher saaraui não possuísse capacidade para cuidar de sua casa e filhos, por isso seus maridos realizavam estas tarefas. Em outro relatório de Mateos pode-se ler

A mulher é uma peça que vive apenas para se enfeitar, agradar, e para ter filhos. Na casa não faz nada, a exceção de costurar algumas, e cada vez menos, os tecidos para as jaimas. O homem é aquele que cozinha e se há algo para lavar também é ele que o faz (...) observando-se o estado primitivo da mulher, sua falta absoluta de higiene, e sua falta absoluta também, de ocupação por não saber o que fazer nem como realiza-lo; e sobretudo observando o cuidado que é dado as crianças, antes de começar as tarefas empreendidas pela Seção Feminina, centramos todos os nossos esforços em ajudar a mulher saaraui na educação e higiene de seus filhos e nas tarefas da casa. (...) Observando o estado primitivo da mulher saaraui, segundo aqui explicado, e o cuidado que estas davam aos filhos se compreendeu que nossa missão deveria se concentrada em dois aspectos fundamentais: Despertar na mulher nativa, um sentimento de utilidade em sua vida, despertando-a para a importância do trabalho que sai de suas mãos, e a participação em todas as coisas que se referem a família. O cuidado e higiene das crianças, e incorporar as meninas um habito de convivência e estudo (BENGOCHEA, 2010, p.54-55, tradução nossa)

Como defende a autora espanhola Rocío Martín (2015) pode-se perceber um claro discurso salvacionista nestes relatórios que eram utilizados para justificar a colonização neste território e assim salvar as mulheres nativas de sua ignorância, da falta de higiene e condição de futilidade. Para tal feito, tentou-se inseri-las nos padrões de gênero estabelecidos pela filosofia nacional-católica. (MARTÍN, 2015). Durante o colonialismo espanhol, pode destacar que inicialmente a mulher foi excluída do projeto de modernização do território. Posteriormente, quando a metrópole resolveu inclui-las em seus planos foram sobrecarregadas com as novas relações de gênero impostas pelas instituições espanholas. Em resumo, passaram de invisibilidade a serem controladas a partir do conceito de desenvolvimento (POLO, 2012).

O projeto de modernização empreendido pela colonização espanhola criou uma divisão dentro da sociedade saaraui, uma fissura entre a realidade árabe-beduína e a nova realidade urbano proletária. Ao se falar da posição feminina na sociedade começaram a coexistir dois modelos conflitantes de organização social, o modelo berbere-nômade e o árabe-sedentarizado recente

(HUGUET, 2013). Como defende Huget (2013), vários autores na literatura defendem que o modelo implementado pelos colonizadores espanhóis transformou a mulher saaraui em uma típica mulher árabe, recolhida entre as quatro paredes de sua casa, submetida ao controle do marido, sem acesso à educação e cultura.

Este modelo explicaria a alta taxa de analfabetismo feminino denunciado pela POLISARIO em sua luta de libertação (HUGUET, 2013). Ademais de limitar direitos historicamente garantidos nas sociedades nômades, os espanhóis reformularam o sistema de justiça tribal, chamado de *Yemáa* e estipularam um imposto de 50.000 duros para a realização de divórcios, o que limitou a possibilidade das mulheres, que estavam excluídas do mercado de trabalho, requererem a separação sem autorização do marido (BENGOCHEA, 2010). Tendo em vista, as transformações sofridas na vida das mulheres e o contexto de nascente nacionalismo, é natural que este coletivo se tornasse um dos principais pilares de apoio do movimento revolucionário no final dos anos 60, para os quais o discurso de gênero era fundamental visto a atuação da seção feminina na região. Tema que será explorado na próxima seção deste capítulo.

1.4 O MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À COLONIZAÇÃO

Como defende Bengochea (2010), a luta pelos direitos da mulher se tornou um elemento determinante da nação saaraui, não apenas simbolicamente, mas como elemento definitivo para a criação da nação saaraui. A participação das mulheres no movimento nacionalista, as permitiu canalizar suas reivindicações cotidianas e integrá-las às demandas nacionalistas. Em um outro relatório de Concepción Mateo, presente nos textos de Enrique Bengochea (2010), esta declara claramente sua preocupação sobre o engajamento das nativas nas atividades da POLISARIO e a possibilidade das mulheres representarem uma grande parcela dos votos contrários a continuidade do território como província espanhola no caso da realização de um referendo sobre o status do Saara Ocidental (BENGOCHEA, 2013). Pode-se destacar a participação feminina durante a Intifada de Zemla, manifestação organizada por nacionalistas saaraui contra a continuidade da presença espanhola no país, em 17 de junho de 1970. É amplamente reconhecido a atuação das mulheres durante a fase embrionária do movimento nacionalista em divulgação dos ideais, conscientização da população e organização dos encontros clandestinos (MARTÍN, 2015).

Enrique Bengochea (2013) divide a ação política para a descolonização do Saara Ocidental em três fases distintas: o primeiro momento, envolve o surgimento do primeiro movimento

nacionalista saaraui conhecido como Organização Avançada de Liberação do Saara (OALS), iniciando-se em 1968 até 1970; o segundo ciclo se iniciaria após a repressão espanhola contra a Intifada de Zemla em junho de 1970, período no qual se iniciou o maior engajamento feminino no movimento nacionalista; e a terceira fase, a qual engloba os últimos anos de colonização espanhola, se caracterizando pela intensificação das atividades do movimento nacionalista e o surgimento de discursos sobre a participação das mulheres na sociedade. Após este terceiro momento, se iniciou o conflito entre a POLISARIO e os governos do Marrocos e Mauritânia e a criação dos campos de refugiados de Tinduf (BENGOCHEA, 2013).

No início dos anos 70 surgiram dois movimentos nacionalistas distintos no então Saara Espanhol. As diferenças entre esses movimentos vão desde seus ideais para o futuro da nação, quanto aos seus discursos sobre gênero. Em 1974, é fundado o Partido da União Nacional Saaraui (PUNS). Este, buscava a independência sob a influência e proteção do projeto desenvolvimentista espanhol (BENGOCHEA, 2013). Sobre as questões de gênero, o partido pregava “a valorização do papel da mulher, tanto no ambiente familiar como social, a fim de que estas possam participar ativamente da vida política, cultural e econômica do país” (BARONA, apud BENGOCHEA, 2013, p.125).

Em contrapartida, a Frente POLISARIO nasce na clandestinidade em 10 de maio de 1973, porém o movimento tem como seus marcos na sua luta anticolonial as manifestações de Zemla e o desaparecimento do líder da OALS, Bassiri, em 1970 (MARTÍN, 2015). O movimento exigia a independência e a soberania imediata sobre os recursos da região, possuía como sua especificidade a defesa da preservação das tradições como elemento de diferenciação dos colonizadores espanhóis e, posteriormente, marroquinos (MARTÍN, 2015). Sobre os direitos das mulheres o partido possuía como objetivo “restabelecer todos os direitos políticos e sociais da mulher e disponibilizar para elas todas as perspectivas” (BARONA, apud BENGOCHEA, 2013, p.125). Ademais, a POLISARIO defendia o direito ao voto feminino, a ressignificação do dote nos casamentos e a educação para mulheres (CARATINI, 2006).

No início do movimento nacionalista o envolvimento feminino se dá de maneira informal. Porém, há registros da participação de mulheres no primeiro congresso da Frente POLISARIO, não em debates táticos, mas em matérias técnicas como o desenvolvimento das carteirinhas dos integrantes do movimento (BENGOCHEA, 2013). As mulheres também estiveram muito presentes nos protestos e atos de sabotagem contra o PUNS (BENGOCHEA, 2013). Em depoimentos, as

próprias mulheres saarauís, afirmam que o partido estava convicto que “ tinha que promover a participação da mulher, levando em conta que seu ativismo constituía um fator essencial para a mobilização a favor da luta revolucionária” (UNMS, 2011, p. 76). Anne Lippert (1992) destaca que desde o início a POLISARIO utilizou a educação feminina como uma estratégia chave do seu projeto de revolução social para superar as divisões tribais da sociedade.

O período da luta revolucionária permitiu às mulheres politizassem os espaços públicos, retomassem seu status na sociedade e autonomia. A participação feminina foi fundamental na organização de comícios e participaram massivamente neles, nas manifestações e revoltas, chegando até a participar como guerrilheiras na frente de batalha. Além disso, durante este período o ambiente privado foi repolitizado. No espaço privado de suas casas, as ativistas acolhiam os guerrilheiros e guerrilheiras, costuravam uniformes e bandeiras, armazenavam armamento, gerenciavam grupos de conscientização política, além de recrutarem novos militantes (MARTÍN, 2015). Pode-se observar a participação feminina a partir de diversos relatos. Uma militante e guerrilheira da POLISARIO relata

Reuníamos as mulheres nas casas das famílias que eram dignas de confiança. O pretexto era confeccionar jerseys ou participar das tarefas da casa. As discussões começavam sempre pelas dificuldades da vida cotidiana, sobre os salários dos maridos, a insalubridade, as doenças das crianças... E partindo-se dos problemas pessoal de cada uma, chegávamos juntas até a fonte de nossos males comuns: o colonialismo espanhol (WIRTH; BALAGUER, 1976, p.84-85 apud MARTÍN, 2015, tradução nossa).

Jira Bulahi, a Ministra de Governo da RASD, afirma

Quando começou a luta pela independência em tempos da colonização espanhola, minha mãe já lançava panfletos pelas ruas de El Aaiún que levava escondido debaixo das pregas de sua melfa e costurava, escondida de sua família, bandeiras da Polisário (SANTIAGO; DOMENECH, 2012, p. 186, tradução nossa).

Entretanto, deve-se destacar que a participação de mulheres nos movimentos de libertação nacional não se iniciou com a POLISARIO. Estas já haviam participado nas resistências contra a colonização espanhola, proporcionando financiamento e recrutando militantes, nos anos 30, 50 e no final dos anos 60. Durante o funcionamento do OALS, movimento guiado por Mohamed Sidi Brahim Bassiri, além de exercerem essas funções, as mulheres participaram das manifestações em Zemla. Após a violenta repressão espanhola da manifestação, em junho de 1970, diversas mulheres foram declaradas como desaparecidas, presas ou mortas (LIPPERT, 1992).

Como destacado anteriormente, durante o período colonial espanhol, o direito a educação feminina não era reconhecido e de pouco acesso as mulheres nativas. Entretanto, essa situação seria revertida após a entrada dessas mulheres na luta pela autodeterminação (ROSSETI, 2011). Após a

repressão de Zemla e a criação da POLISARIO, o movimento estabeleceu uma série de escolas clandestinas para educar as mulheres e militantes. Inicialmente, as primeiras revolucionárias foram estudantes de ensino médio de El Aiun, capital do Saara Ocidental e sua maior cidade. Progressivamente foram se integrando ao movimento mulheres provenientes das tribos nômades e de outras cidades do país (LIPPERT, 1992).

A luta feminina ganhou ainda mais força após a organização realizar uma Conferência Nacional para as Mulheres em 1974, na qual o presidente da Frente POLISÁRIO, Mustafa Sayed, reconheceu que as mulheres eram um dos três grupos principais de recrutamento do partido, conjuntamente com os operários e estudantes. Durante o evento foi criada a Ala Feminina da Frente Polisário. A instituição possuía como seus principais objetivos contribuir para a criação de uma consciência nacional, ajudar a mobilização e a luta para a autodeterminação do Saara Ocidental, trabalhar para a emancipação da mulher e liberar a mulher saaraiu das amarras criadas pelo colonialismo espanhol (LIPPERT, 1992).

Com a ofensiva militar empreendida pelo Marrocos e Mauritânia em novembro de 1975 algumas das mulheres atuantes na resistência se alistaram ao Exército Saurai de Liberação Nacional para defender as cidades do país (LIPPERT, 1992). Estas guerrilheiras passaram pelos campos militares da POLISARIO, foram para o front de batalha e receberam treinamentos para serem operadoras de rádio, motoristas, uso de armamentos leves e primeiros socorros (MUNDY, 2007). Ademais de serem soldados, as mulheres trabalharam como guarda dos prisioneiros capturados durante o conflito e foram responsáveis por organizar a grande massa de civis em fuga após evacuação das principais cidades do país (ROSSETI, 2011).

Aquelas mulheres que não participaram ativamente do conflito foram responsáveis pela fuga da população civil das principais cidades da região em direção ao deserto argelino e, posteriormente, pela reconstrução da nação saaraiu em exílio. Em uma forma clara de resistência à colonização marroquina, mas também a colonialidade do poder, do saber e do ser presente nos regimes internacionais.

Como defende Grosfoguel (2008) o colonizador europeu implementou hierarquias globais inseridas no espaço e tempo baseados na figura do “homem/ heterossexual/ branco/ patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/ europeu”. A partir desta perspectiva, se reconhece a manutenção e institucionalização da logica colonial e de modernidade através do sistema internacional de organizações políticas, as quais são controladas por homens branco/europeus que continuam a

perpetrar essas hierarquias globais (QUIJANO, 2007). Conjuntura que explica a grande dificuldade de se completar os processos de descolonização apesar da saída das administrações coloniais do Sul global e em especial o caso saaraui. O próximo capítulo analisará a participação feminina durante o período bélico (1975-1991), em especial as táticas de re-existência e resistências às opressões sofridas por sua nação.

2 A MULHER SAARAUI DURANTE O PERÍODO BÉLICO (1975-1991)

Conflitos armados são uma constante na história mundial e um tema amplamente estudado, entretanto, análises sobre as variáveis de gênero durante esses períodos ainda são restritas. Em sua maioria, as pesquisas nesta área relatam as mulheres como simples vítimas, retirando deste coletivo sua capacidade de ação e agência. Uma das principais formas de retratar o papel feminino durante conflitos é destacando as diversas formas de violências sofridas por elas, principalmente violações e estupro. Todavia, ao focar-se apenas neste aspecto acaba-se reduzindo-as, segundo a expressão de Elena Grau, em apenas um “corpo violável” (PORTOLÉS, 2012). Nesta continuidade, outra imagem feminina comum ao se debater beligerâncias é a idealização das mulheres como símbolos da paz, atribuindo a violência como um comportamento masculino (PORTOLÉS, 2012). A interpretação da essência feminina como pacífica não corresponde à realidade das mulheres de carne e osso, as quais durante situações de violência assumem papéis diferenciados por motivações individuais. Podem estas razões serem desde sobrevivências e defesa de sua ideologia até uma maneira de superar as opressões patriarcais da sociedade pré-conflito (ELSHTAIN, 1987 apud PORTOLÉS, 2012).

As supracitadas representações femininas não lhes concedem o poder de ação, de se transformar em um agente de mudança em sua sociedade. Durante esta pesquisa, busca-se demonstrar que as mulheres saarauis foram partes centrais da luta de autodeterminação de seu povo, não apenas vítimas, mas indivíduos com agência. Neste sentido, deve-se inicialmente definir qual é o conceito de agência. Segundo Judith Butler (2009), agência é a possibilidade de articulação e ressignificação intrínseco ao poder de fazer, sendo fundamentalmente caracterizada como resistência política. Para Furlin (2013) “Essa agência apresenta-se como uma descontinuidade entre o poder que forma o sujeito e aquele que o sujeito assume nos processos de constituição de sua própria subjetividade e na ressignificação de práticas sociais” (FURLIN, 2013, p.7).

Com a finalidade de destacar a agência das mulheres saarauis, o presente capítulo foca-se na sua atuação durante o conflito entre Marrocos, Mauritânia e Frente POLISARIO, destacando sua relevância para a reconstrução da Nação Saaraui no exílio e como essas funções levaram ao seu crescente empoderamento. Nesta continuidade, a pesquisa demonstrou que apesar das principais atividades femininas durante este período estar relacionado à manutenção dos campos de refugiados, o protagonismo feminino no âmbito administrativo da sociedade paulatinamente ocasionou transferências de parcelas de responsabilidade política para este coletivo.

Para se atingir tal propósito, dividir-se-á o presente capítulo em três seções, inicialmente se focará no contexto e processo de criação dos campos de refugiados. Já a segunda seção, possuirá como seu foco explicar ao leitor como se organizam os campos e de que maneira estes funcionam. Buscando demonstrar como a participação feminina está intrínseca na sociedade saaraui e como essa participação acarretou um progressivo empoderamento e maior participação política das mulheres. Por fim, o terceiro segmento irá se focar na criação da União Nacional das Mulheres Saarauis, ademais de analisar sua atuação para o fortalecimento dos papéis femininos na comunidade e da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

2.1 FUGA DO SAARA OCIDENTAL E RECONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

Durante o conflito entre Marrocos, Mauritânia e Frente POLISARIO, o qual se estendeu de 1975 a 1991, a organização dos campos de refugiados foi responsabilidade das mulheres saaraui. A comunidade em exílio foi organizada, apesar da precariedade do acesso à recursos fundamentais, de modo a garantir o acesso à educação e saúde para todos. Inicialmente, a população nos campos de Tinduf não contava com a ajuda de mecanismos internacionais como Cruz Vermelha e ACNUR, apenas os recursos cedidos pelo governo argelino, principal aliado da Frente POLISARIO na região. Neste momento, não existia circulação monetária na área, baseando-se a divisão dos recursos disponíveis em um modelo de comunismo primitivo.

Fundamentalmente, foi a parcela feminina da população responsável por criar as bases sociais e políticas da recém-criada República Árabe Saaraui Democrática (RASD). Como destaca Serrano (1999), inspirando-se em uma ideologia descrita por ele como “uma simbiose entre o tradicionalismo islâmico e as correntes modernas de regeneração social e democrática do mundo árabe e progressista” (Serrano, 1999, p.4, tradução nossa).

Durante os primeiros anos no deserto argelino, a principal adversidade enfrentada pelas mulheres saaraui foi a organização de uma nova comunidade, fornecimento de abrigos, suprimentos, proteção e cuidado para grande massa de pessoas, a qual era composta basicamente por mulheres, crianças e idosos, que haviam fugido das principais cidades do Saara Ocidental. Grande parte dos cidadãos se encontravam em choque ou traumatizados em razão dos ataques aéreos com bombas de fosforo e de napalm, ademais de se encontrar feridos, desidratados ou fragilizados em razão da fome (LIPPERT,1992). Outras dificuldades encontradas foram: o clima hostil e árido da região do deserto da Hamada; a falta de profissionais capacitados para atender os

feridos; a falta da força física dos homens, que estavam na guerra, para a construção dos campos; e a baixo nível de escolaridade e pouca experiência profissional e política das mulheres (COCONI, 2008). Em seu texto Belloso e Azkue (2008) trazem narrativa de uma saarai que relatou sua experiência neste período, ela conta que

Havia pouca água, e esta tinha que ser transportada para a maioria dos refugiados, pois havia apenas um ou dois poços. Nos primeiros dias não havia comida suficiente e não havia remédios para cuidar dos doentes. As mulheres organizaram uma infraestrutura de saúde nos acampamentos, que ainda contava com uma série de pequenos centros de saúde e dois hospitais gerais em Rabuni (BELLOSO; AZKUE, 2008, p.168, tradução nossa).

Como se comentou anteriormente, o nível educacional das mulheres saarauis, em 1975, era muito baixo com uma taxa de analfabetismo ultrapassando 90% (LIPPERT, 1992). Atualmente, todas as mulheres que cresceram nos campos possuem ao menos um grau educacional equivalente ao Ensino Médio, não sendo raro os casos de mulheres com formação técnica ou superior (COCONI, 2008). Como reitera Coconi (2008), estes dados estatísticos são uma exceção não apenas no continente africano, mas também entre os países árabes e muçulmanos. Para a evolução dessas taxas de crescimento educacionais, houve uma preocupação em elevar a educação feminina como uma prioridade pelo o Estado. Como exemplo prático pode-se citar a criação da Escola 27 de fevereiro em 1978, que hoje se transformou em um novo campo de refugiados, para fornecer especialmente educação para a parcela feminina da população. A instituição recebeu este nome em homenagem à data da proclamação da RASD. Como os acampamentos eram compostos majoritariamente por mulheres, todas as alunas da instituição, além de receberem educação básica e técnica, passavam por uma formação militar, com temas como autodefesa, comunicação, técnicas de vigilância e segurança (MARTÍN, 2015). Em entrevista para Rocío Martin em 2011, Fatma El Mehdi, Secretária Geral da UNMS, relata que

Os primeiros controles de vigilância foram formados por mulheres, e hoje por exemplo nossas mães nos contam que se alternavam para controlar os campos pela noite, outras durante o dia, (...) A verdade é que são vivências muito bonitas e estamos tentando recolhe-las agora (...) Esta escola foi a que recebeu todas as mulheres de todos os acampamentos, quando ao final a União Nacional de Mulheres Saarauis percebeu que as mulheres já não podiam ter acesso a esta escola, porque viviam em outro acampamento, tinham filhos e outras obrigações, surgiu a ideia de se criar escolas semelhantes em todos os acampamento para aproximar os serviços e oportunidades de formação para todas as mulheres estejam aonde estiverem (MARTÍN, 2015, p. 270-271, tradução nossa).

Durante as reuniões de planejamento dos acampamentos de Tinduf realizadas entre a diretoria da POLISARIO e a população refugiada saarai, definiu-se que a única instituição com preparo, recursos humano e técnico necessários para gerir tal empreitada seria a Ala Feminina da

POLISARIO (OLIVEIRA, 2011). A partir desta decisão, organizaram comitês que se encargariam de setores específicos da vida em comunidade. Assim, definiu-se como prioridade ações relacionadas as questões sanitárias e de saúde da população em exílio. Para isso, inicialmente se priorizou a construção de enfermarias e clínicas médicas conjuntamente com as mulheres que haviam passado por treinamento básicos de primeiros socorros. Em seguida, se privilegiou o desenvolvimento de centros educativos para as crianças e para que as próprias mulheres pudessem continuar sua missão devidamente preparadas. Além disso, instituíram-se comitês para estudar a viabilidade de atividades agrícolas na região, incentivar a produção artesanal de bens, tratamento de resíduos e gestão das demandas relacionadas à justiça, como realização de cerimônias de casamentos e celebrações, conjuntamente com a arbitragem conflitos e controvérsias entre os cidadãos (RODRIGUEZ, 1992).

Os comitês controlavam rigorosamente a vida cotidiana dos acampamentos. Estes demonstraram ser uma forma eficaz de gerenciamento, apresentando resultados positivos e produtivos. Os alimentos e recursos eram divididos de forma igualitária, priorizando-se crianças, idosos e doentes. Após muito esforço, foram construídas hortas coletivas que se mostraram produtivas e começaram a fornecer alguns legumes para a comunidade. As diretrizes de higiene eram obrigatórias e as tendas, conhecidas como *jaimas*, passavam por inspeções regularmente. Ainda conseguiu-se construir alguns prédios simples, com tijolos de argilas fabricados pelas próprias mulheres, para o funcionamento de escolas, clínicas e instituições públicas (OLIVEIRA, 2011). Para mais dos comitês, “células políticas” foram desenvolvidas em cada daira, com a finalidade de incentivar a participação direta da população e transmitir decisões políticas do Comitê Político da POLISARIO (CARATINI, 2006).

Em resumo, as mulheres assumiram o protagonismo na reconstrução da sociedade saaraui e na elaboração das estruturas que vertebraram os campos de refugiados. Enquanto o conflito continuava em sua terra natal, sozinhas conceberam um sistema educativo com escolas e creches, um sistema de saúde com clínicas médicas e hospitais, ademais de instituições administrativas e políticas quase sem recursos em um ambiente árido e desértico. O papel central feminino no desenvolvimento dos acampamentos é fundamental para a compreensão do progressivo empoderamento feminino na sociedade saaraui, onde as mulheres são a maioria nas estruturas políticas e administrativas criadas para a organização das *wilayas*, ademais de sua crescente

participação na vida política em nível nacional (GARCÍA et Al, 2009; Juliano, 1998; TORTAJADA, 2002; FUENTES; GASCÓN; SEISDEDOS, 2013; MARTÍN, 2015).

Ao se tratar do auxílio internacional e cooperação com os refugiados saarauis, na visão de Martín e Lozano (2002) pode-se verificar três fases. A primeira, na qual se engloba os campos desde o seu surgimento até 1986, os autores sustentam que a ajuda humanitária para a população provinha basicamente de países parceiros da causa saarai como Cuba e Argélia. Durante a segunda fase, organizações e agências internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o Programa Mundial de Alimentos e União Europeia, e algumas Organizações Não-Governamentais europeias iniciaram programas de assistência e desenvolvimento à população refugiada. Em um terceiro período, pode-se observar o aumento da importância da atuação das ONGs europeias, principalmente italianas e espanholas, e da sociedade civil na provisão dos campos de Tinduf (MARTÍN; LOZANO. 2002). A atuação dessas organizações é fundamental para se manter o estoque de água, alimentos e materiais de sobrevivência, como tendas, materiais de higiene, mobília para escritório e escolas (ROSSETI, 2011).

Na visão de Monika Ciesielkiewicz e Óscar Garrido Guijarro (2017), as transformações nos campos de refugiados saarauis podem ser divididos em três fases. A primeira, chamada de fase de sobrevivência ou de tempo de guerra, abrange o período de construção dos primeiros campos de refugiados e o início do recebimento de ajuda humanitária. O segundo ciclo é marcado pela contínua expansão dos campos, na qual todas as atividades eram supervisionadas e controladas pela Ala Feminina da POLISARIO, pelo aumento da ajuda internacional para a manutenção destes e a chegada de pessoas de todo o mundo para trabalhar como voluntários na região. O terceiro momento pode ser definido como a fase de fortalecimento das estruturas estatais e da plataforma de empoderamento feminino, na qual intensifica-se a participação de mulheres na vida política, social e econômica da sociedade (CIESIELKIEWICZ; GUIJARRO, 2017).

A antropóloga Dolores Juliano (2001), argui que o melhor momento para se exercer a agência feminina e se empreender estratégias coletivas de reivindicação na sociedade são os momentos de crise. Sobre o tema, ainda afirma que “a atividade política, as possibilidades de autonomia econômica das mulheres e sua visibilidade social estão relacionadas diretamente com as crises do sistema social, e em relação inversa com sua estabilidade, que marca períodos de relativos retrocessos de suas reivindicações” (JULIANO, 2001, p.17). Ao analisar a questão do Saara Ocidental, a autora destaca como a conjuntura revolucionária e de resistência foram

fundamentais para as mulheres saarauis superarem a colonialidade de gênero espanhola e requererem novos papéis na sociedade (JULIANO, 1998).

Ao tratar de resistências as formas de opressão colonial, alguns autores como Rocío Martín (2015) e Juan Carlos Gimeno (2015) defendem que em razão do contexto em que se enquadra a luta por autodeterminação do Saara Ocidental, pode-se definir a reconstrução da comunidade saarai em refúgio como uma estratégia coletiva de resistência e de autogoverno no exílio. Como defende Edir Pereira (2013) as formas de resistência nem sempre são ou precisam ser “ativas” e violentas. Na visão do autor, formas de resistências pacíficas ou não violentas, como as empreendidas pelas mulheres saarauis na manutenção de sua nação nos campos de refugiados e em seu ativismo internacional, usualmente se demonstram mais eficazes.

Nesta continuidade, deve-se destacar que no contexto de sociedades pós-coloniais, como a região do Saara Ocidental, resistir apresenta-se como descolonizar. Os autores pioneiros do grupo Modernidade/Colonialidade Ramón Grosfoguel e Walter D. Mignolo (2008), asseguram que:

Assim, quando dizemos descolonialidade e, portanto, nos referimos ao terceiro termo do complexo modernidade / colonialidade / decolonialidade, estamos significando um tipo de atividade (pensamento, giro, opção), de confronto com a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade. Esse enfrentamento não é apenas resistência, senão re-existência, no sentido do pensador colombiano, artista e ativista Adolfo Albán Achinte. (GROSFOGUEL; MIGNOLO, 2008, p. 34).

O autor colombiano Adolfo Albán (2013), igualmente que Grosfoguel e Mignolo sustenta que as resistências decoloniais se derivam das formas de re-existência, as quais podem ser definidas

como os dispositivos que as comunidades criam e desenvolvem para inventar a vida diariamente e assim poder enfrentar a realidade estabelecida pelo projeto hegemônico que desde a colônia até hoje tem minimizado, silenciado e visualizado negativamente a existência das Comunidades afro-descendentes. A re-existência tem como objetivo descentralizar as lógicas estabelecidas para buscar nas profundezas das culturas - neste caso, indígenas e afro-descendentes - as chaves para formas organizacionais, produção, alimentação, rituais e estética que permitam dignificar a vida e reinventá-la para permanecer transformando-se. (ALBÁN, 2013, p.455).

Segundo esta lógica, ao reinterpretar as afirmações de Alban para a realidade saarai, a criação de uma sociedade nos campos de Tinduf e a fundação da República Árabe Saarai Democrática são formas claras de re-existência e resistência com finalidade de combater o colonialismo marroquino, mas também a colonialidade de poder ao criar estruturas políticas e de subsistências baseadas em suas particularidades como retomada da forma de organização da sua sociedade baseando-se nos traços tradicionais e culturais nômade bérber, ademais da manutenção de sua identidade como saarauis e muçulmanos.

Nesta continuidade, Gimeno (2015) e Martín (2015), defendem que durante o período bélico os campos possuíram um claro papel de retaguarda, convertendo-se em um lugar simbólico e seguro onde o povo saarauí pode prosperar, apesar de passar, nas palavras de Gimeno, “por um processo de despejo e genocídio” (GIMENO, 2015). Em poucas palavras, os saarauí transformaram de uma maneira libertadora o próprio destino em exílio através do desenvolvimento de uma autonomia política, social e institucional, o que possibilitou o funcionamento da RASD em exílio, a enquadrando em uma estratégia de re-existência decolonial (MARTÍN, 2015). Com a finalidade de se aprofundar o debate acerca das formas próprias e particulares de organização da sociedade saarauí se diferenciam do projeto hegemônico, a próxima seção irá se focar em demonstrar as formas de organização dos campos de refugiados, ademais das maneiras que a força de trabalho feminina foi utilizada na comunidade e como a participação feminina foi evoluindo em todos os setores da sociedade.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DOS CAMPOS DE REFUGIADOS

Com a fuga da população saarauí para o deserto argelino, organizaram-se os campos de refugiados perto da cidade de Tinduf. A população estabeleceu-se em quatro campos de refugiados distintos, os quais foram nomeados como as principais cidades de seu país natal, *El Aaiun*, *Smara*, *Dajla* e *Auserd* (BELLOSO; AZKUE, 2009). Além desses campos, as instituições políticas e administrativas da RASD e hospital central se encontram em uma área apartada chamada de *Rabouni* e também um novo acampamento se desenvolveu após a instituição da escola preparatória para mulheres 27 de fevereiro (COCONI, 2008). Para uma melhor administração os campos de refugiados são chamados de *wilayas* e possuem um status de província, as quais são divididas em várias municipalidades conhecidas como *dairas*, as quais são segmentadas em bairros (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Os acampamentos possuem uma organização comunitária e baseada nos laços de solidariedade. A maior parcela da população é composta por mulheres, crianças e idosos. Apesar do cessar fogo, a maioria da população masculina ainda possui funções militares na parcela do território controlada pela POLISARIO. Cada municipalidade, ou *daria*, possui sua própria sede administrativa, clínicas médicas de atendimento básico e escolas. Ademais, para o gerenciamento e melhor funcionamento dos serviços comunitários, cada *daria* conta com cinco comitês: Comitê

de Saúde; Comitê para a Educação; Comitê de Alimentação e Suprimentos; Comitê de Justiça e Assuntos sociais; e o Comitê de Desenvolvimento Econômico, de Produção e Artesanato.

Cada província, *Wilaya*, possui um Conselho Popular que é formado pelos representantes dos Comitês das *dairas* concomitantemente com outros representantes eleitos pela população. Conjuntamente com o governador da *wilaya*, o Conselho popular é responsável pelo planejamento dos objetivos da província, ademais das metas de trabalho. Como afirma Coconi (2008), deve-se destacar que quase todos os comitês das *dairas* são dirigidos por mulheres. Elas ocupam 85% dos postos administrativos, 75% das equipes de educação e 65% dos funcionários da saúde (COCONI, 2008). A cada três anos, os Conselhos Populares das *wilayas* formam parte do Congresso Geral da POLISARIO, no qual se realiza a eleição do Secretário Geral da organização, que também terá a função de Presidente da República Árabe Saaraui Democrática e deverá indicar um nome para o cargo de Primeiro Ministro. Durante o Congresso também são eleitos os membros do Conselho Nacional que possuem um mandato de dezoito meses. As mudanças constitucionais promulgadas em 1999 implementaram um sistema político multipartidário e definiram a economia como de livre mercado (ROSSETI, 2011).

O novo modelo de vida organizado nos acampamentos permitiu uma maior integração feminina nas tomadas de decisões e instituições políticas. As mulheres representam a maior parcela da população refugiada ativa, com isso conseguiram uma grande atuação, em alguns casos até a maioria das posições, nas estruturas parlamentares, até então não vista no modo de vida tribal. Como destacou Anne Lippert (1992), naquele momento elas ocupavam 90% das posições nos Congressos de Base, entre 70 e 80% das vagas nos Conselhos Populares de cada *Daira*, entre 45 e 70% das cadeiras dos Conselhos populares das *Wilaya* e mais de 50% do Conselho Popular Nacional. Apesar, de historicamente estarem inseridas nos processos de tomada de decisão, não era permitida a presença de mulheres na *Djema* ou no *Ait arbein*, conselhos que deliberavam sobre questões estratégicas e militares das tribos nômades saarauis. Como representantes nas assembleias e congressos populares, atualmente as mulheres possuem influência diretas nas decisões políticas e militares da Frente POLISARIO e da RASD (LIPPERT, 1992).

Com a prolongação do funcionamento dos campos de Tinduf, pode-se definir o contexto saaraui como um caso de refúgio prolongado. Entretanto, durante este período diversos projetos saaraui foram desenvolvidos para tentar superar a dependência em doações externas. Belloso e Azkue (2009) ressaltam os esforços coletivos das mulheres saarauis para garantir meios de

subsistência e ações para a redução das vulnerabilidades existentes nos campos. Nesse sentido, é necessário ressaltar como a educação universal foi priorizada e utilizada pelas mulheres saarauí, como forma de promover o desenvolvimento nos campos de refugiados, destacando-se que no momento da fundação dos campos de Tinduf, quase 90% da população era considerada analfabeta. Essa alta taxa de analfabetismo pode ser explicada pela maneira em que a educação foi implementada durante o período colonial espanhol, a qual se focava apenas em capacitar e treinar a parcela masculina da população para ser utilizada como mão de obra nas minas de fosfatos, navios de pesca e campos de obra (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Anne Lippert assegura que quando mulheres saarauí afirmam que a POLISARIO as educou, elas declaram literalmente. A frente estabeleceu escolas clandestinas para mulheres logo após a sua criação, além disso, a educação de mulheres sempre esteve como um de seus principais objetivos, como forma de alcançar um nível de coesão social entre as diversas tribos e diferenças etárias da comunidade saarauí (LIPPERT, 1992). Em 1975, apenas seis mulheres haviam concluído o ensino secundário e várias dúzias haviam entrado no Ensino Médio. Logo após o estabelecimento dos campos de refugiados, essas mulheres com uma base educacional foram enviadas para países parceiros, como Cuba e Argélia, para finalizarem seus estudos.

De maneira geral, naquele momento as mulheres apenas falavam hassania e não conseguiam ler em árabe ou espanhol. Ademais, se instaurou uma forte campanha de alfabetização para os jovens e adultos residentes nos campos. Para isso, se fundaram escolas em tendas, nas quais muitas vezes mães traziam seus filhos para assistirem as aulas de forma conjunta, e os professores eram meninos jovens que haviam completado seus estudos. Creches e escolas de ensino fundamental foram inauguradas em cada *daira*, enquanto os colégios de Ensino Médio funcionavam em um modelo de internato e são divididos por *wilaya* (LIPPERT, 1992). As instituições de ensino utilizam o princípio de coeducação, no qual meninas e meninos tem aulas conjuntamente, à exceção das escolas técnicas criadas especificamente para mulheres (SERMUJERES, 2007). Após a conclusão do Ensino Médio, aos alunos que obtiveram destaque acadêmico são concedidas bolsas para continuar seus estudos em países como Cuba, Venezuela, Argélia, Líbano. Também existem bolsas para países europeus como Espanha, França e Alemanha, mas em uma menor porcentagem (COCONI, 2008). Quando as mulheres foram completando sua educação, estas começaram a atuar como professoras e se inserir no sistema educativo recém-criado. Segundo Lippert (1992) a partir

de 1982 as mulheres que deixaram os acampamentos para estudar em países estrangeiros retornaram após concluir seus estudos⁸.

Além disso, pode-se perceber como resultado da priorização da educação feminina a fundação de escolas técnicas para mulheres, nas quais anualmente são frequentadas por mais de oitocentas alunas. Segundo o blog *Sermujeres*, o qual relata as lutas diárias das mulheres saarauis na resistência pela autodeterminação, esses centros profissionalizantes foram instituídos com o objetivo de desenvolver nestas mulheres habilidades profissionalizantes para o progresso comunidade e utilizar o trabalho feminino como uma maneira de romper as estruturas patriarcais características das sociedades muçulmanas em todos os níveis (SERMUJERES, 2007).

Atualmente funcionam três escolas específicas para a educação para mulheres. A pioneira deste modelo foi a Escola 27 de Fevereiro, que foi inaugurada em 1978, funciona em forma de internato e recebe alunas, e suas famílias, de todas as *wilayas*. Por demanda de mulheres que não poderiam se deslocar até a Escola 27 de fevereiro por um ano, foram fundadas duas novas unidades de escolas técnicas, primeiro a Escola Olof Palme, que se localiza no campo de El Aaiun e está em funcionamento desde 1989, e a mais recente a Escola para Mulheres de Dajla, no campo com o mesmo nome e foi inaugurada em 1999⁹. Nessas instituições se disponibiliza cursos específicos para as mulheres que querem participar na política e administração da República Saaraui e um curso de capacitação militar obrigatório para todas as alunas estarem preparadas em caso de um novo ataque marroquino. Após a conclusão de seus estudos, as mulheres serão admitidas em vagas relacionadas a sua especialidade nos acampamentos (COCONI, 2008).

Entretanto, não é apenas na Educação que as mulheres se destacam por sua alta taxa de participação. Nos acampamentos, a população saaraui sempre buscou manter seu legado cultural vivo. Por isso, existem diversos grupos de dança, música, poesias, além do surgimento de meios de comunicação para a divulgação desta produção cultural. Na área de cultura e entretenimento, as mulheres representam 90% do pessoal envolvido em sensibilização cultural, 65% das vagas em

⁸ A autora ainda afirma que em 1988 64% dos professores nas escolas das dairas e wilayas eram mulheres, ademais de 100% das funcionárias em creche e jardins de infância serem mulheres. Entretanto pode-se notar um crescimento dessas cifras, Coconi (2008) se encontravam os seguintes dados sobre a participação de mulheres em instituição de educação: professoras de jardim de infância – 100%; funcionárias da administração de pré-escolas – 90%; professoras de Ensino Fundamental – 78/80%; professoras de Ensino Médio – 80%; diretoras de Escolas – 20%; funcionárias administrativas de colégios – 85% e supervisoras- 50% (COCONI, 2008).

⁹ As escolas oferecem de modo gerais os seguintes cursos: Magistério, Assistência Sanitária, Técnica de Enfermagem, Mecânica, Tipografia, Logística e equipamentos, Técnicas de Alimentação, Costura, Tecelagem, Animação Sociocultural, Administração e Direção de Centros Educacionais (COCONI, 2008).

setores relacionados a publicação de informações, 50% em programas e atividades de rádio, 80% nos trabalhos de diversão e entretenimento e 20% nas Unidades de Comunicação (COCONI, 2008).

A implementação de um sistema de saúde sempre foi prioridade para a UNMS e POLISARIO durante a reconstrução da sociedade saarui. No momento em que a Espanha se retirou do Saara Ocidental nenhum médico com licença residia no país. Conseqüentemente, desde então, a população se empenha para o estabelecimento de um sistema básico de atendimento médico e de vigilância sanitária, ademais de se focar na formação de profissionais de saúde. Inicialmente se fundou o Crescente Vermelho Saaraui e através da ajuda internacional muitos jovens foram enviados para outros países para se capacitar em áreas de saúde (COCONI, 2008). As mulheres foram fundamentais no processo de elaboração de uma infraestrutura voltada para a medicina preventiva e o atendimento médico¹⁰. O modelo aplicado baseava-se em pequenas clínicas médicas em cada *daira*, ademais um centro médico maior e um hospital por *wilaya*, além da criação de dois hospitais gerais localizados no campo de Rabuni (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Os Comitês relacionados a justiça e questões sociais também estão sob responsabilidade das mulheres. De acordo com a Constituição saaraui, estes comitês tem a função de regulamentar todos os aspectos relacionados com a sociedade civil, incluindo casamentos, divórcios, resolução de controvérsias entre cidadãos e emissões de certidões de nascimento e óbito. Deve-se destacar que diferentemente de outros países árabes, o divórcio pode ser requerido por mulheres e solucionado de maneira rápida e simples através destes comitês, além de ser demandado que o marido se retire da residência e, normalmente, a mulher fica com a tutela dos filhos do casal (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Anne Lippert argumenta que a participação feminina na luta de autodeterminação tem suas raízes nas tradições orais e escritas do povo saaraui. Porém, o seu papel foi se expandindo como líderes da POLISARIO e durante a luta para erradicar as conseqüências do colonialismo espanhol na parcela da população que foi sedentarizada. Esse fenômeno, possibilitou a mulher saaraui aumentar sua participação na sociedade em relação comunidades nômades tradicionais, conseguindo acesso à educação, cursos profissionalizantes e trabalhos nas estruturas políticas e administrativas da RASD. Em suma, a experiência feminina no front e na União Nacional das Mulheres Saarauis (UNMS) durante esses anos, as capacitou para atuar mais efetivamente nos

¹⁰ Na área de saúde também há uma alta taxa de atuação feminina, entre o pessoal da área elas são 10% dos médicos, 37% dos Técnicos em Atendimento de Saúde, 30% dos Enfermeiros, 85% dos Técnicos em Enfermagem e 65% dos Empregados dos Centros (UNMS, 2017).

assuntos de interesse nacional (LIPPERT, 1992). O próximo tópico irá focar-se especialmente na criação da UNMS e como a instituição possibilitou a capacitação e empoderamento feminino nos campos de Tinduf.

2.3 A UNIÃO NACIONAL DAS MULHERES SAARAUIS

As mulheres sempre foram um coletivo de grande importância para a luta de autodeterminação do povo saaraui. Logo após a sua fundação, a Frente POLISARIO criou uma Ala Feminina no partido, que posteriormente evoluiria para a União Nacional das Mulheres Saarauis. A UNMS nasceu como uma instituição para assumir as reivindicações de todas as mulheres da RASD. De maneira conjunta com a direção do Secretariado Nacional e o Conselho Executivo da POLISARIO, a instituição tem focado seus trabalhos em quatro áreas prioritárias: resistência nos territórios ocupados e emigração; informação e cultura; capacitação profissional e política; e Cooperação e Relações Internacionais (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Os objetivos da organização englobam a conscientização da mulher sobre o seu lugar na sociedade e sua relevância para a resistência ao colonialismo marroquino. Tal processo de sensibilização da população feminina foi empreendido através do investimento em educação, tanto básica, quanto profissional e política, com a finalidade de informar este coletivo de seus direitos e transforma-lo em agentes de transformações em sua sociedade, ademais de importantes ferramentas para a construção de uma nação independente.

Porém, a atuação da UNMS não se limita ao âmbito interno da RASD, a entidade tem uma forte atuação internacional voltada para a ampliação das redes de solidariedade com o seu povo. Além de procurar denunciar as violações de direitos humanos e contra o direito da mulher nos territórios ocupados e em outros lugares do mundo, também pleiteia a obtenção de apoio material e financeiro para o fortalecimento institucional e organizativo dos projetos implementados pela instituição. Entre os fóruns internacionais nos quais são atuantes pode-se destacar a Federação Democrática Internacional da Mulher, a Organização Pan-africana de Mulheres, a União Geral das Mulheres Árabes, a Organização das Mulheres pela Paz entre outras (COCONI, 2008).

Através da UNMS, as mulheres do Saara Ocidental têm perseguido dois objetivos: a resistência pela autodeterminação e liberdade de seu povo, e a defesa dos direitos das mulheres e uma sociedade mais igualitária em questões de gênero. A interligação entre lutas revolucionárias por independência dos povos e demandas de maiores direitos femininos são comuns na história.

Entretanto, em diversos casos se observa a hierarquização entre essas duas questões, priorizando-se os objetivos do movimento de liberação nacional sobre as reivindicações sobre a subordinação feminina. (TURPIN, 1999 apud BELLOSO; AZKUE, 2009). Muitos movimentos asseguravam as suas integrantes que as suas exigências seriam debatidas após a liberdade ser alcançada, porém suas demandas nunca foram inseridas na pauta nacional (BELLOSO; AZKUE, 2009).

Juliano (1998) aponta que em países islâmicos, a relação entre libertação nacional e gênero possui algumas nuances específicas. Não só as reivindicações femininas são subalternizadas, como em alguns países o movimento de autodeterminação aderiu a uma visão muito mais conservadora e restritiva sobre a temática de gênero. Usualmente nesses contextos, a orientação transmitida ao coletivo feminino definia que dever-se-ia apoiar a luta por independência e suprimir suas reivindicações feministas, dado que suas demandas por igualdade de gênero e garantia de direitos demonstravam-se contraditórias as tradições de seu povo e poderiam debilitar a luta pela liberdade nacional ao enfraquecer a união da sociedade (BELLOSO; AZKUE, 2009). Conquanto, as mulheres saarauis conseguiram que as duas lutas fossem concomitantes. O empoderamento feminino e a redescoberta das tradições beduínas saarauis foram utilizados como bandeira para a superação das raízes coloniais deixadas pela metrópole espanhola, ademais ter se tornado uma maneira de diferenciação do novo colonizador, o governo marroquino.

Em uma publicação própria, a União das Mulheres Saarauis (2011) diferencia a participação política das mulheres na POLISÁRIO em três etapas. A primeira é chamada de Etapa da Ala Feminina, tendo seu período de duração de 1973-1976. Como característica deste período, pode-se citar o começo do recrutamento e da conscientização feminina. A UNMS (2011) ressalta a importância de como o coletivo de mulheres tinha como base de apoio para a POLISARIO, destacando o grande sentimento patriótico das mulheres e sua alta taxa de participações em protestos ainda no período de controle colonial. A autora Sophie Caratini (2006), afirma que o Pacto de Criação da POLISARIO em outubro de 1975, além de substituir o sistema tribal saarai e a aplicação de um modelo de socialismo árabe concomitante com tradições democráticas beduínas, representou grandes avanços para a garantia dos direitos das mulheres e foi uma das razões do grande apoio feminino à causa. Além de prometer retirar as mulheres das amarras coloniais espanholas, o Pacto reconheceu o direito a voto e a educação para mulheres, além de proibir a mutilação genital feminina e instaurar a aceitação da noiva para a realização dos casamentos (CARATINI, 2006).

A segunda fase é chamada de Etapa da União Feminina, englobando o período entre os anos de 1976 e 1985. O principal marco desta fase é a construção dos acampamentos de Tinduf, nos quais a Ala Feminina da POLISARIO foi encarregada da administração e organização dos acampamentos, gerindo os âmbitos familiares e públicos de toda a comunidade. Como evidencia a UNMS (2011), neste momento as mulheres centralizavam a organização social e política dos acampamentos, experiência que serviria de modelo para a instauração da RASD e de sua forma de governo. Durante uma Conferência sobre a Mulher Saaraui em 1976, El Uali líder supremo da POLISARIO, realçou a necessidade da criação de uma instituição específica para a articulação da participação feminina na luta de autodeterminação, em seguida fundou-se a União Feminina Saaraui. A diretora da União Feminina foi a primeira mulher a integrar o Comitê político da Frente desde sua criação, e até 1990 apenas seis mulheres participaram deste órgão do partido, o que demonstra que nesse período as mulheres se encontravam restritas nos trabalhos de base e retaguarda, como a atuação nos Comitês Populares dos acampamentos (MARTÍN, 2011)

O terceiro ciclo foi nomeado como a Etapa da União das Mulheres Saaraui, e engloba o intervalo entre 1985 até a os dias de hoje. A UNMS é resultado de um Congresso de Mulheres realizado em 1985, transformando a antiga União Feminina Saaraui em UNMS. A instituição foi constituída como consequência das reivindicações das dirigentes da União Feminina sobre a falta de delimitação de suas atividades e obrigações. Além de uma notável estagnação das atividades da organização e da lenta evolução para um maior empoderamento feminino na sociedade, em razão de seu quadro de profissionais estarem distribuídos entre os diferentes setores da administração pública dos acampamentos (UNMS, 2011).

Como a própria instituição relata em seu livro, seu propósito de atuação é para que “a mulher possa exercer seus direitos dentro da sociedade e potencializar suas capacidades com o propósito de convertê-la em um elemento catalizador de transformação social” (UNMS, 2011, 92, tradução nossa), além de almejar a manutenção dos direitos já garantidos pelas mulheres e evoluir na participação política, área em que a parcela feminina da população se encontrava subalternizada. Em entrevista para Rocío Martín em 2011 Fatma El Mehdi Secretária Geral das UNMS, descreve como foi realizado o Congresso Constitutivo da UNMS

As outras secretárias gerais sempre haviam sido eleitas por toda a população, homens e mulheres, mas a primeira que foi eleita apenas por mulheres foi resultado do primeiro congresso realizado em oitenta e cinco. Nesse Congresso as mulheres decidiram que deveriam celebrar seus congressos a cada cinco anos e estabeleceram seu plano de ação, seu plano próprio definido por mulheres, e também seu estatuto que regula e organiza todas as relações entre as diferentes instituições da UNMS, as instituições de mulheres e

instituições nacionais, e nesse Congresso se decidiu o nome oficial da organização que agora é a União Nacional das Mulheres Saaraui (MARTÍN, 2015, p. 278, tradução nossa).

As principais atividades realizadas pela UNMS são: a organização de reuniões e conferências para ouvir as reivindicações das mulheres; realizar cursos de capacitação, presidir atos para a celebração de datas comemorativas como dia da mulher ou dia da mãe saaraui; a publicação de revistas sobre a luta feminina chamadas 8 de Março e Esperança; além de coordenar as atividades acadêmicas, sociais e culturais realizadas nas *dairas* e *wilayas* (COCONI, 2008).

Um dos maiores êxitos da UNMS foi a implementação em todos os campos de “Casa das Mulheres”, onde estas podem se encontrar para atividades culturais e de ócio, para debater sobre suas realidades, ademais de contar com cursos de capacitação e workshops para a promoção da mulher (COCONI, 2008). Essas casas são definidas pela UNMS (2011) como um espaço para reunião e colaboração entre mulheres, para a troca de informações e capacitação e para impulsionar e estruturar os esforços para a eliminação de qualquer obstáculo para a emancipação feminina.

Desde sua fundação, a UNMS já realizou sete Congressos de Base, o último no ano de 2015, com a participação de mulheres de todos os acampamentos, além da presença como ouvinte de seus parceiros internacionais, como ONGS e delegações de outros países. Esses eventos são organizados a cada 5 anos e tem como objetivo a definição das metas, identificação de desafios e quais focos serão priorizados durante o próximo quinquênio. Durante esses eventos se priorizava a discussão acerca de temáticas como: o processo de libertação feminino e nacional; o aumento da igualdade de direito entre os gêneros; novas formas de atuação e articulação de manifestações em conjunto com a população feminina residente dos territórios ocupados; o aprofundamento da cooperação internacional e a estruturação de uma rede internacional de solidariedade com a causa saaraui; e, sobretudo, a instauração de estratégias para a inserção de profissionais femininas nas esferas políticas mais influentes da POLISARIO e da RASD (OLIVEIRA, 2011). Em uma publicação, a UNMS definiu como meta de seu VI Congresso em 2011

Aumentar a firmeza e coesão do nosso povo, defender as políticas natalistas, combater os fenômenos sociais alheios à nossa sociedade, fortalecer o empoderamento político, econômico e social das mulheres e promover sua participação política nacional e internacional (UNMS, 2011, p.94, tradução nossa).

A maior conquista da UNMS é ter conferido visibilidade a participação e relevância das mulheres saaraui em sua sociedade. A instituição tem funcionado como uma plataforma de capacitação e empoderamento feminino em todas as áreas da comunidade, sobretudo na social, econômica e política. Foi a partir de seu trabalho que as mulheres conseguiram uma maior inserção

nos cargos políticos de base e em categorias mais altas na Frente POLISARIO e do governo da República, chegando a integrar mulheres no Secretariado Nacional da POLISARIO e diversas Ministras de Governo (CHACÓN; LOPEZ, 2011). Como destacam Fuentes, Gascón e Seisdedos (2013), um dos principais triunfos da União foi o surgimento de um movimento feminista muçulmano, com peculiaridades próprias o diferenciando do feminismo ocidental, que visa na sociedade uma igualdade real e não apenas formal entre os homens e mulheres saarauis. Uma das características mais interessantes da atuação da instituição, foi tentar garantir legalmente as tradições saarauis que favorecem a independência feminina e lutar para a transformação daqueles costumes que prejudicam a independência das saarauis. Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento de uma consciência feminista não provocou um processo de perda da identidade cultural da comunidade, muito pelo contrário, gerou um retorno para aquelas tradições berberes que reconheciam o papel feminino em sua sociedade como nenhum outro país muçulmano da região (MARTÍN, 2016). Como defende Partha Chatterjee (1999)

O nacionalismo adotou vários elementos da tradição como marcas de sua identidade cultural nativa, mas esta era agora uma tradição convertida em um paradigma "clássico" - reformado, reconstruído, fortalecido contra o ataque da barbárie e da irracionalidade "(CHATTERJEE, 1999, p. 7 apud MARTÍN, 2016, p.09, tradução nossa).

No caso saarai o nacionalismo anexou em seu cerne a defesa dos direitos das mulheres. A própria UNMS afirma em um de seus lemas, “Autodeterminación de los Pueblos, Autodeterminación de las Mujeres” (UNMS, 2011), em sua visão, a luta de libertação nacional e de emancipação feminina estão entrelaçadas, uma não podendo ser atingida sem a outra. Pode-se perceber que durante as transformações da instituição desde Ala Feminina à União Nacional das Mulheres Saarauis desenvolveu-se uma maior consciência de gênero entre suas integrantes. Ao serem encarregadas da administração de sua nação, as saarauis pouco a pouco começaram a requerer parcelas de responsabilidades maiores e acarretou uma conscientização acerca da importância de mais mulheres atuando nas esferas de tomada de decisão da República, tornando-se este a maior demanda da UNMS na atualidade no mesmo patamar que a independência de seu país. A continuidade da atuação da UNMS para o empoderamento político feminino e as transformações nos campos de Tinduf após a assinatura do cessar fogo de 1991 serão analisados no próximo capítulo.

3 A MULHER SAARAUI NA SOCIEDADE ATUAL (1991-2017)

O presente capítulo possui como objetivo específico a análise das transformações nas relações de gênero da população Saaraui após o cessar fogo de 1991, principalmente na participação política das mulheres na luta pela independência do nas esferas decisórias da RASD. Para este fim, possuirá três seções, a primeira focar-se-á em discorrer acerca das transformações na sociedade saaraui após a assinatura do cessar fogo com o Reino do Marrocos. A segunda parte analisará atuação da União Nacional das Mulheres Saaraui e Polisário no empoderamento político feminino. Por fim, a última porção deste capítulo debaterá a evolução da participação política feminina nos âmbitos de tomada de decisão da RASD.

3.1 TRANSFORMAÇÕES NOS CAMPOS DE REFUGIADOS PÓS CESSAR FOGO

Após a assinatura do Cessar-fogo entre a Frente POLISARIO e o Reino do Marrocos em 1991, o qual previa a realização do referendo para se decidir o futuro do Saara Ocidental, os ânimos estavam animados nos campos de refugiados. A população se encontrava esperançosa de poder retornar as suas casas em um período curto de tempo. Contudo, a discordância entre as partes envolvidas acerca da lista de votantes fez com que a consulta pública até hoje não fosse realizada. A complexa conjuntura de “nem paz, nem guerra” possibilitou uma normalização da vida da comunidade saaraui nos campos de refugiados, causando um maior relaxamento nas estritas regras sociais aplicadas durante o período de duração do conflito e um fortalecimento das estruturas políticas e administrativas criadas para se governar a República Saaraui (SAN MARTIN, 2005).

Na década de 90, os acampamentos de refugiados passaram por diversas transformações, destacando-se o abandono do modelo de comunismo primitivo no qual os recursos, proveniente em sua totalidade das ajudas internacionais, eram distribuídos de maneira igualitária entre os habitantes e o surgimento de desigualdades sociais a partir do nascimento de uma economia de mercado rudimentar na comunidade (MARTÍN, 2015). Segundo Caratini (2006), tais mudanças na organização da sociedade são consequências de três fatores: o retorno da população masculina para os acampamentos após a suspensão das atividades militares; a reorganização das atividades comunitárias, como comitês e células políticas, as quais eram responsáveis pela gestão da sociedade; e o surgimento de rendas complementares aos auxílios humanitários, iniciando uma circulação monetária nos campos.

Como consequência do cessar fogo, o Exército de libertação nacional, apesar de se manter ativo nas zonas controladas pela POLISARIO, diminuiu fortemente seus efetivos e reestruturou sua atuação. A instituição distribuiu seus soldados entre acampamentos-bases fixos, assim permitindo uma maior frequência e duração das visitas aos acampamentos de seus oficiais. Aos homens que retornaram a vida civil coube a tarefa de se integrar ao modelo de vida dos acampamentos ou encontrar novas formas de atividades econômicas (CARATINI, 2006). Uma parcela dessa população migrou em busca de trabalho para países como Mauritânia, Argélia ou até mesmo Espanha e aqueles que haviam trabalhado para o governo espanhol durante o período colonial, começaram a requerer suas aposentadorias e pensões. Com o aumento do fluxo de renda na sociedade, desenvolveram-se pequenos negócios e comércios, como oficinas de mecânicos e eletricitas, restaurantes, padarias e pequenas lojas de artigos pessoais e alimentos (OLIVEIRA, 2011).

O principal revés do surgimento de negócios privados nas *wilayas* foi o advento de desigualdades e uma crescente consciência de individualidade em uma comunidade que até então baseava-se em um modelo de socialismo primitivo, sem remuneração, fundamentada na solidariedade e voluntariado (ROSETTI, 2011). Estas divisões e desequilíbrios manifestaram-se na própria organização e arquitetura dos campos de refugiados. Inicialmente, as famílias saarauis viviam em tendas cedidas por organizações internacionais como ACNUR, de maneira silenciosa demonstrando sua fé que o exílio seria uma situação passageira e logo retornariam para seu amado Saara. Entretanto, com o armistício de 1991 e a prolongação das negociações para a realização do referendo de autodeterminação, os acampamentos viraram “pequenas cidades de argila”, com o início da construção de pequenos quartos e casas, porém as residências continuavam abertas e todos possuíam um nível econômico parecido. Com o desenvolvimento do mercado e do papel moeda, apareceram as portas e chaves com a finalidade de se proteger os bens recém adquiridos. A partir disso, se observou o surgimento de casas muradas para se “proteger do mau olhado” e a perceptível diferença de estrutura entre as residências das famílias de diferentes condições econômicas (CARITINI, 2006).

Como defende Sophie Caratini (2006), as mutações na sociedade saarai podem ser separadas em fases distintas. O primeiro ciclo pode ser chamado de fase revolucionária, a qual se enquadra o esforço de construção dos campos de refugiados pelas mulheres saarauis, enquanto os homens se encontravam no front. Seguido por um período de latência, entre os anos de 1991 e

1997, o qual se caracteriza pela espera da população pela conclusão do conflito, a volta dos homens para os acampamentos e o início do trabalho das Nações Unidas e MINURSO para a manutenção do cessar fogo e identificar o corpo eleitoral do referendo. Por fim, há a etapa pós revolucionária a qual possui como característica: a remodelação as formas de gestão dos campos de refugiados, o surgimento de uma economia informal e aprofundamento das desigualdades sociais, ressurgimento dos laços tribais; eclosão de um movimento de diáspora populacional; e busca por novas estratégias de sobrevivência e subsistência. Neste período, a luta pela autodeterminação foi transferida dos campos de batalha para as mesas de negociação e para a resistência nos territórios ocupados (CARATINI, 2006).

Essas transformações na sociedade saarai tiveram impacto direto sobre as mulheres e nas relações de gênero na comunidade. Durante o período bélico as mulheres assumiram o protagonismo da administração e controle da vida nos campos de refugiados e demonstraram sua capacidade em exercerem posições de responsabilidade nas esferas laboral, política e social (BERISTAIN; URBIETA, 2002). Esta conjuntura ocasionou tensões na sociedade, ademais de incertezas acerca dos espaços legítimos e da divisão de trabalho futura entre os gêneros. Em suma, as mulheres revelaram sua eficácia nos trabalhos no ambiente público e não se demonstravam dispostas a serem relegadas apenas aos trabalhos relacionados a casa e a família, suas responsabilidades nas comunidades saarauis nômades tradicionais (JULIANO, 1998). Esse sentimento estava difundido entre a comunidade feminina, em uma entrevista uma Suelma, uma ativista saarai afirma

Tudo o que são avanços, esperamos que as mulheres os mantenham; que os mantenham entre suas mãos em tempo próximo, porque os tem conseguido em um momento duríssimo e tem que conserva-lo quando se descansa e quando há comodidade, tem que se conservar tudo que se tenha conseguido. Tudo o que temos conseguido, conseguimos na ausência dos homens, e não sabemos quando eles retornem a sociedade, qual será a realidade. Eles tiveram mais liberdade social dentro da sociedade e em todas as sociedades, tem sido mais capacitado e, portanto, em uma administração, estima-se mais um homem que uma mulher. Não estou dizendo que são mais capacitados moralmente, nem culturalmente, mas sem que as condições sociais os tem favorecido muito mais que as mulheres. Quando retornarem os homens ao trabalho, esta seria outra luta e outro caráter de luta. Sabemos que na sociedade saarai a mulher tem respeito, tem essa consideração e essa confiança, mas quando você entra para competir nesse campo junto com os homens, as mulheres ainda não sabem como as coisas serão, nem o sistema na sociedade. (JULIANO, 1998, p.88, tradução nossa)

Com um discurso similar ao de Suelma, Mariam descreve

Todas as mulheres aqui nos campos de refugiados são trabalhadoras, ou seja, todas trabalham, não importa a idade nem as condições que estão; cada uma de acordo com suas habilidades tem o seu trabalho, o que facilitou a disposição de muitas coisas no que diz

respeito aos direitos das mulheres na sociedade. A Frente Polisario ajudou as mulheres a exercerem todos os tipos de trabalho e todo o tipo de profissões. (...). Estamos preocupadas com o que vai acontecer agora. Pg 20 (SERRANO, 1999, tradução nossa)

Como defendem Santiago e Domenech (2012), atualmente os papéis estão bem divididos, a partir de uma divisão por gênero das atividades, porém sem uma hierarquização entre essas responsabilidades. As mulheres saarauis são conscientes sobre a participação de mulheres em outros movimentos de libertação nacional, nos quais perderam-se parcelas de poder após a conquista da independência (BELLOSO; AZKUE, 2009). Por consequência, há o questionamento entre as mulheres que caso se alcance a independência, esse empoderamento feminino e ideal de igualdade será mantido ou se haverá um surgimento de um sentimento patriarcal dominante e discriminatório como em muitos países da região (SANTIAGO; DOMENECH, 2012). Porém, o coletivo tem consciência que suas estratégias de resistência não apenas garantiram a sobrevivência da população refugiada, mas também o seu desenvolvimento. As mulheres foram durante décadas as principais líderes políticas e sociais da sociedade, transformando a imagem feminina de um grupo vulnerável, como são retratadas em muitos discursos desenvolvimentistas e humanitários (JULIANO, 1998), para agentes de transformação e liderança (BELLOSO; AZKUE, 2009). A partir disso o grupo tem utilizado a União das Mulheres saarauis para lutar pela manutenção de seus direitos já garantidos e na evolução da sociedade para uma melhor igualdade de gênero.

Outro fator que tem impactado diretamente as relações sociais nos campos de refugiados é a crescente desarticulação entre as diferentes gerações de mulheres. Rocío Martín (2015) durante suas visitas a região e entrevistas identificou três grupos geracionais distintos. A primeira geração é composta por mulheres que nasceram entre os anos de 1950 e 1970, as quais passaram por todas as fases da luta de independência do Saara Ocidental. Vivendo pessoalmente o período pré-colonial, a exploração colonial espanhola e toda a fase da revolução nacionalista saarai, inclusive em sua maioria passando por treinamento militar e, uma menor proporção, participando ativamente no conflito. Como cresceram integradas no sistema de gênero saarai pré-colonial, são fundamentais para o ressurgimento desta identidade nos campos de refugiados como forma de resistência e superação à colonização de gênero empreendida pelo governo espanhol. A segunda geração é o grupo intermediário, incluindo as mulheres nascidas entre 1970 e 1985. Este grupo experienciou todo o período de beligerância com o Marrocos, além de terem presenciado todo o esforço coletivo feminino para a construção dos acampamentos de Tinduf e sua atuação como movimento de retaguarda. Essa parcela feminina teve acesso à educação e muitas delas chegaram

a emigrar para países parceiros como Cuba, Líbia, Argélia e Síria para completar seus estudos universitários. A terceira Geração incluí a parcela mais jovem da população feminina saaraui e nela estão inseridas as mulheres nascidas a partir de 1985. Este grupo nasceu nos campos de refugiados e em sua maioria não conhecem seu país de origem, o Saara Ocidental. Também tiveram acesso ao sistema educativo saaraui, porém a parcela de mulheres que concluíram seus estudos no exterior é menor (MARTÍN, 2015).

Em resumo, as mulheres da primeira geração foram as protagonistas na construção e desenvolvimento do atual modelo de organização social dos acampamentos em um claro movimento de retaguarda e método de resistência. Como consequência, estas demonstram-se relutantes em negociar seu poder ou transferir para as mais jovens algumas de suas funções, além de resistirem em aceitar mudanças propostas pelo coletivo mais jovem. Neste sentido, as mulheres da terceira geração concebem os trabalhos comunitários gratuitos como excessivo e injustos, desde então o governo saaraui vem oferecendo pequenos incentivos para os seus funcionários, gerando uma parcela de funcionários com um pequeno salário (MARTÍN, 2015), ação muito criticada pelas ativistas mais velhas. Sobre esta demanda Farma El Mehdi, secretária Geral da UNMS, declara

O voluntariado é algo que está se perdendo, as mulheres mais velhas nunca pensaram em receber algo em troca de seu trabalho, de sua dedicação, por outro lado, as mulheres jovens sim. O problema que a União Nacional das Mulheres tem agora para incorporar os jovens é que nós não temos muitas jovens que acreditam no voluntariado, todas elas querem um salário. E é difícil falar de salário quando um povo inteiro depende das ajudas internacionais, onde há uma crise que impede até mesmo oferecer ou alcançar prioridades como a água, como medicamentos, como é a educação, é uma situação muito complicada (MARTÍN, 2015, p.341, tradução nossa)

Por hora, apesar da existência de tensões entre esses grupos geracionais, estas se encontram sob controle em razão da consciência que os interesses coletivos devem prevalecer aos individuais e a necessidade de unir por um propósito maior, a luta contra a opressão do patriarcado e colonizador marroquino (OLIVEIRA, 2011). Nesse sentido, a principal pauta feminina na atualidade é o combate a opressão de gênero em sua sociedade e avanço na inserção de mulheres nas estruturas de tomada de decisão e órgãos parlamentares de sua Nação.

Como pode-se perceber o empoderamento da mulher saaraui se baseia em sua história de luta, segregação, resistência e paciência. O futuro da integração feminina nos setores políticos, administrativos e reconstrução de seu país dependerá em grande parte da maturidade dos processos de empoderamento empreendidos pela UNMS durante todos esses anos em exílio (CASILLAS,

2016). Com a finalidade de analisar estas demandas, a próxima seção irá debater as ações e políticas das instituições da RASD para o empoderamento político feminino e os resultados destas.

3.2 A ATUAÇÃO DA UNMS E POLISARIO PARA O EMPODERAMENTO POLÍTICO FEMININO

Muitos autores defendem que conflitos armados propiciam margens de liberdade para que os papéis tradicionais de gênero sejam questionados e transformados. Entre eles, Escoda (2013) alega que a atuação das mulheres saarauis nos campos de refugiados tornou-se uma oportunidade para incitar um debate sobre gênero na sociedade saaraiu e iniciar uma conscientização feminista entre as mulheres, gerando um empoderamento que trouxe, posteriormente, transformações nas relações de gênero e uma maior inserção na sociedade (ESCODA, 2013). Neste sentido, Rocío Martín (2015), afirma que as bases políticas e sociais da República Árabe Saarai Democrática foram construídas pelo excelente esforço da população feminina na construção, gestão e organização dos campos de Tinduf. Dessa forma, as mulheres exerceram papéis usualmente masculinos enquanto encarregavam-se da responsabilidade para o estabelecimento das condições materiais para a existência e funcionamento da RASD. (MARTÍN, 2015).

Com a finalidade de melhor compreensão acerca do ambiente no qual as mulheres saarauis pleiteiam sua inserção, na próxima subseção serão analisados como as estruturas políticas da POLISÁRIO e RASD são organizadas, conjuntamente com uma descrição acerca da estrutura institucional da União Nacional das Mulheres Saarauis e suas atividades. Ademais de procurar examinar as ações da POLISARIO E UNMS como provedores de ações para a introdução da mulher na política.

3.3.1 Estrutura das principais instituições políticas da sociedade saarai

Os alto nível de organização e autogestão dos campos de refugiados saarai os tornaram um caso único no mundo. Diferentemente de outros acampamentos que são controlados e administrados pelo ACNUR, a Frente POLISARIO é considerada a autoridade máxima da região, por possuir o aval argelino, atua livremente administrar o terreno e controlar sua sociedade civil sem ingerências externas (FIDDIAN-QASMIYEH, 2011). Em sua constituição, a República Saarai define-se como um Estado Soberano, livre, progressista, independente com um sistema de governo democrático e de fé islâmica. Ademais de instituir como seus princípios o tratamento

igualitário para todos os indivíduos, liberdade de expressão, direitos iguais entre homens e mulheres e presunção de inocência. Apesar da POLISARIO ser o único partido político do país, na constituição se determina o desenvolvimento de um sistema multipartidário após se completar a autodeterminação do território (ROSETTI, 2008). Segundo Alice Wilson (2010), quando questionados sobre o assunto, cidadãos saarauí tendem a responder que:

dada a falta de estabilidade política e independência, o povo saarauí é e deve permanecer unido na luta pela independência. A organização em partidos políticos opostos nessas circunstâncias, como defende o argumento, não é possível, embora, como indicado na Constituição, um sistema multipartidário será instituído após a independência. (WILSON, 2010, p.424, tradução nossa)

A carta magna saarauí também manifesta seu repúdio ao colonialismo, à exploração e o imperialismo. O texto também declara que a autoridade e soberania do Estado saarauí é oriunda da vontade do povo, sendo essa exercida através das instituições governamentais e, com isso, seus atos se realizam em nome do povo (SERRANO, 1999).

Os direitos políticos das mulheres também estão garantidos na carta constitucional. A elas é garantido o direito de voto e concorrer a cargos político, em seu artigo quarto, o texto constitucional compromete-se a “defender os direitos políticos, econômicos e sociais das mulheres saarauí e garantir a participação destas no processo de melhoramento da sociedade e desenvolvimento do país” (POLISÁRIO, 1999). Neste sentido, em 2006 a UNMS adotou sua base de trabalho a Carta de Princípios Feministas para as Feministas Africanas, resultado do Fórum de Feminismo Africano em Gana (ROSETTI, 2012). Além disso, a RASD se preocupa em garantir a defesa dos direitos humanos em seu território. Em 2003, a Frente submeteu um relatório à Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos garantindo o alinhamento da magna-carta do país com as premissas da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (ROSETTI, 2011).

Em dezembro de 2007, durante o Congresso Geral da Frente POLISARIO, as autoridades governamentais iniciaram os debates para se modificar a Constituição Saarauí para a inserção de cotas parlamentares para mulheres e jovens em seu texto (ROSETTI, 2008). A proposta previa cotas exclusivas para mulheres de 30%, com isso, para os votos dos cidadãos serem válidos cada cédula deveria contar pelo menos duas candidatas mulheres¹¹ (WILSON, 2010). O Secretário Geral da POLISARIO, em entrevista para Alice Wilson (2010), afirmou que o objetivo das cotas seria

¹¹ Usualmente as cédulas nas eleições saariús devem conter seis ou sete nomes dependendo da Wilaya do eleitor (WILSON, 2010).

garantir uma maior representação destes coletivos, incentivar que a população votasse em mulheres e garantir que a porcentagem feminina nos órgãos políticos ao menos não diminuísse.

A principal instituição de participação feminina e defesa dos direitos das mulheres na RASD é a União Nacional de Mulheres Saarauis. A entidade possui como sua obrigação relatar a POLISARIO as demandas e necessidades específicas do coletivo feminino, assim como transmitir à essas as orientações e decisões da Frente. A organização empreendeu um grande esforço para a capacitação laboral e política das mulheres saarauis, e com isso empoderá-las. Como resultado, a União é reconhecida como referência para a população feminina, sendo descrita por esta como um ator que se procura para solucionar situações complicadas, comunicar reivindicações e conseguir benefícios necessários (BERISTAIN; URBIETA, 2002)

A organização trabalha ativamente com a POLISARIO em questões políticas e militares, sendo integrada nos principais órgãos de tomada de decisões, por ordem constitucional sua secretária-geral é membro do Comitê Executivo. A União é administrada por um Comitê Nacional, composto por 57 membros eleitos durante os Congressos de Mulheres Saarauis a cada 5 anos (ROSETTI, 2008). Tendo como suas principais atividades

A defesa de uma constituição que reforça o papel das mulheres na luta pela libertação e independência do Saara Ocidental, e para o estabelecimento de segurança e paz no mundo, a igualdade entre os sexos como a base para o progresso e desenvolvimento e o reforço dos direitos humanos e da democracia” (Fiddian, 2002, p. 36 tradução nossa)

O empreendimento feminino no deserto da Hamada é amplamente reconhecido na sociedade saarai, sendo exaltado tanto nos discursos de líderes políticos, documentos oficiais e nos meios de comunicação estatais oficiais como rádio e televisão, os quais relatam o ambiente hostil e repressor dos territórios ocupados pelo Marrocos, preservam a memória das principais mártires da causa saarai e cobrem grande parte dos eventos organizados pela UNMS ou relacionados ao público feminino. Durante os principais eventos governamentais procura-se inserir a participação de membras da UNMS e lhes permitia discursar ou presidir os atos públicos (OLIVEIRA, 2011).

Esse reconhecimento não se limita ao ambiente interno do Saara Ocidental, sendo reiterado por pesquisadores e Organizações Internacionais. Mundy e Zunes (2002) declaram que “as estruturas de autogoverno nos acampamentos de refugiados estão entre os mais admiráveis exemplos de democracia participativa do mundo”, ademais de serem “um modelo progressista e democrático” (MUNDY; ZUNES, 2002 apud FIDDIAN-QASMIYEH, 2011, p. 18). Nesta lógica,

o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2001 definiu a UNMS como sócios ideias para a gestão dos campos de refugiados, além de serem um “exemplo de boa prática de transversalidade de gênero” (UNHCR EXCOM, 2001, p. 26). Nesta perspectiva, um relatório do website Women, War, Peace (2010) destaca “ a União Nacional das Mulheres Saarauis é uma força poderosa que com sucesso uniu milhares de mulheres saarauis para advogar por sua inserção nos processos econômicos e políticos na procura pela paz”. Com a finalidade de se aprofundar o debate acerca das atividades da instituição para o empoderamento feminino, as ações empreendidas pelo governo saarauí e UNMS para a inserção feminina na vida política do país e seus resultados serão melhor analisadas no próximo subitem deste trabalho.

3.3 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Como destacado anteriormente, a UMNS dedicou-se a promover alfabetização feminina, focando-se em capacita-las para sua atuação nas esferas políticas da sociedade, ademais da gestão dos sistemas de saúde, judiciário e de distribuição de recurso. Na visão da instituição, o conhecimento é um pilar estratégico para o desenvolvimento individual e coletivo das mulheres, mas sobretudo um direito fundamental. A partir disto, a capacitação feminina é uma condição necessária para que as mulheres “partam do zero” em seu processo de empoderamento. Todavia, deve-se destacar que a organização prioriza a utilização de guias de ensino que incluem o debate de gênero e conscientização da realidade da mulher saarauí como material de apoio ao processo de alfabetização empreendido em suas escolas (UNMS, 2011).

Um dos avanços para que a instituição se dedicasse inteiramente a promover os direitos femininos e a inserção das mulheres na política ocorreu em 2003, quando esta demandou a POLISÁRIO a criação de um organismo que se encargasse das responsabilidades de assistência social dos campos. Assim, permitindo que suas colaboradoras pudessem se dedicar exclusivamente em seus objetivos de igualdade de gênero. Como resultado, no mesmo ano, foi criada a Secretária de Estado de Assuntos Sociais e Emancipação da Mulher, a qual a partir do XIII Congresso da Frente POLISARIO foi elevada ao nível ministerial e elegeu-se uma mulher como sua Ministra (MARTÍN, 2015). Em entrevista para Rocío Medina, Fatma El Mehdi Secretaria Geral da UNMS relatou:

Desde então, a União das Mulheres Saarauis definiu como suas prioridades para o futuro, a primeira é garantir a participação política das mulheres saarauis, uma participação que reflete o papel e dedicação das mulheres no trabalho político da Frente Polisário e da República Árabe Saarauí Democrática. Para garantir esta integração, a União das

Mulheres Saaraui tem seus programas, realiza campanhas políticas, trabalha também com o governo, com o Parlamento, com todas as instituições para melhorar esta linha (MARTÍN, 2015, p.302).

A partir deste momento, a organização tem se dedicado exclusivamente no papel da mulher na sociedade saaraui. Entre seus trabalhos pode se notar a procuração com a diferença geracional entre as mulheres nos campos de refugiados. Neste sentido, o V Congresso da União, realizado em 2007, possuía como temática a inserção de mulheres jovens em quadros da UNMS, principalmente em sua mesa diretora. Nesta lógica, a organização vem promovendo a capacitação da nova geração e empreendendo um processo de transferência de poder, diferentemente de outros órgãos da POLISARIO e RASD, nos quais a maioria dos cargos de poder são exercido por membros que participaram ativamente do conflito com o Marrocos (MARTÍN, 2015). O objetivo da instituição é mitigar as tensões dentro do movimento, possibilitando que as jovens se sintam parte integrante da sociedade e da luta pela emancipação feminina.

Com a finalidade de impulsionar a integração feminina na sociedade, a UNMS conta com uma divisão específica para a área de emancipação das mulheres e participação sócio-política. Em seu plano de ação apresentado em 2011, a instituição refere-se ao empoderamento feminino como o fortalecimento das capacidades das mulheres em todos os níveis, sendo um processo pessoal, mas sobretudo um processo coletivo que engloba todas as saarauis (UNMS, 2011). O documento ressalta a importância da igualdade de gênero para se conseguir atingir uma sociedade mais justa e democrática, entretanto destaca a necessidade de se respeitar as peculiaridades de sua comunidade. A instituição afirma que o processo de empoderamento empreendido no Saara Ocidental deve estar vinculado as reflexões tratadas no Feminismo Islâmico (UNMS, 2011).

Os chamados Feminismo Islâmicos são um movimento transnacional, surgido entre feministas iranianas na década de 90, baseando-se nos preceitos da vertente reformista do islã. A corrente defende a busca pelas fontes originárias do islamismo, para assim se conseguir cessar as releituras e interpretações machistas do livro sagrado, as quais corrompem as verdadeiras mensagens defendidas pelo profeta.

A vertente afirma que o Islã original não defende a submissão feminina, mas sim a igualdade dos sexos. Na visão de Ali (2016), é necessária uma análise embasada nas ciências sociais e no conhecimento teológico do islamismo para se combater as interpretações sexistas que se infiltraram nas esferas da jurisprudência islâmica, ademais de trazer as luzes uma nova concepção das mulheres no islã baseando-se nos ideais de igualdade e justiça defendidas no livro

sagrado (ALI, 2016). Deve-se destacar que a definição de justiça e igualdade utilizados no Corão são mais amplas que os conceitos ocidentais, a compreensão muçulmana privilegia valores como misericórdia, compaixão, amor e uma busca pela justiça universal, ou seja, independente da raça ou religião do oprimido (GROSFEGUEL, 2016).

Como defende Sara Salem (2016), o feminismo islâmico pode ser definido como uma demanda pelo controle da interpretação e produção de conhecimento dentro do mundo muçulmano. Além disso, argumenta que a autoridade religiosa não deve ser exclusivamente masculina, as mulheres devem ser integradas nas esferas de interpretação dos textos islâmicos, se evidenciando que ao se utilizar uma perspectiva reformista e feminista os resultados se mostram muito mais igualitários (SALEM, 2016).

Zahri Ali (2016) expõe que ao relacionar os estudos feministas e islâmicos, o movimento objetiva complementar as lacunas existentes nas duas áreas do conhecimento. Os estudos feministas islâmico almeja combater o domínio dos padrões impostos pelo feminismo branco ocidental. A autora afirma que ao advogar uma única forma de liberação e empoderamento feminino, o movimento feminista burguês está reproduzindo modelos coloniais. Já aos estudos islâmicos, ademais de questionar as interpretações das leis muçulmanas como citado anteriormente, demanda a reinserção da mulher na historiografia islâmica clássica e nas esferas de produção de conhecimento (ALI, 2016). Com isso, as mulheres muçulmanas ao utilizar o Corão como meio para conseguir sua libertação e maior igualdade de gênero, estão diretamente desafiando o feminismo branco/burguês ocidental, que nunca aceitaria tal medida e que ao definir o Islamismo como uma religião opressora das mulheres, retira-se a agência das mulheres muçulmanas e as homogeneizando, acrescentando violência epistêmica as diversas formas de opressão que estas mulheres já estão submetidas (SALEM, 2016).

Esther Escoda (2013) as mulheres saarauís e a UNMS buscam um equilíbrio entre os tratados de Direitos Humanos e o Islamismo, peitando uma revolução de costumes que propicie a liberdade e autonomia pessoal, entretanto sem renunciar a matriz religiosa autóctone. Nesta linha de pensamento, segundo a interpretação de Chacón e Belloso (2011) e (ESCODA, 2013), o movimento feminista surgido entre as mulheres saarauís pode ser classificado como pertencente a Corrente Muçulmana dos Feminismos Islâmicos. A qual preconiza o nascimento do movimento feminista de maneira espontânea dentro da sociedade, não sendo imposto modelos importados do ocidente, além disso, procuram coordenar a defesa dos Direitos Humanos com a religião, defendem

uma reforma nos costumes para o empoderamento feminino, porém sem abrir mão do Islã. Assim, deve-se destacar que grande parte das estratégias feministas empreendidas nos acampamentos de Tinduf implicam no reconhecimento de uma tradição saarai favorável as mulheres e a necessidade de efetivar estas tradições desde o ponto de vista legal com um novo código de família, sem que esta medida represente uma renúncia as normativas internacionais sobre os direitos das mulheres por parte da República saarai (MARTÍN, 2016).

Neste paradigma, a organização empenha-se na valorização das atividades empreendidas pelas mulheres e pleiteia a revisão das formas de participação feminina em todos os espaços da sociedade, com a finalidade de estruturar diferentes iniciativas que contribuam para igualar as condições de vida e direitos entre homens e mulheres. Para isso, a UNMS definiu como formas de atuação em seu plano de ação em 2011:

1. A realização de cursos sobre emancipação-empoderamento em cada *wilaya*, abordando temas que possibilitem a tomada de consciência das participantes sobre os direitos das mulheres como trabalho produtivo e reprodutivo, liderança, saúde sexual e reprodutiva, poder, participação política e família.
2. A formação de líderes e equipes de “Formadoras para a emancipação e empoderamento das mulheres” em cada acampamento e na sede da UNMS.
3. Criação de seminários de formação de gênero para as mulheres participantes dos Grupos de Informação, Cultura e Orientação e para as responsáveis paras Casas das Mulheres nos campos.
4. Criação de uma “Plataforma de Mulheres”, a qual possui como missão ser um espaço de reflexão, formação e apoio, ademais agir interlocutora das mulheres com as distintas instituições políticas da RASD na questão de igualdade de gênero. O objetivo da iniciativa é proporcionar a inclusão das demandas femininas na agenda das instituições políticas da República como se recomenda nos documentos da “Década das Mulheres Africanas”.
5. No plano de cooperação internacional, a instituição pretende consolidar sua projeção internacional, mantendo sua participação em Foros Internacionais e coordenando com as redes de cooperação e agências internacionais projetos com perspectiva de gênero.
6. Dar um salto quantitativo na participação política das mulheres, proporcionando tanto sua presença nas instituições políticas e em cargos técnicos de responsabilidade, saúde,

meios de comunicação, administração e gestão ministerial e regional, como a inclusão das questões de gênero nas agendas políticas de tais instituições.

A partir destas medidas, percebe-se o empenho da instituição em efetivar suas atividades para o empoderamento feminino nos níveis local, nacional e internacional, priorizando-se a educação e conscientização dos debates de gênero em sua sociedade. O plano de ação intenta inserir os debates de gênero nas atividades de todos os setores de atuação da instituição, desde a criação de bibliotecas com livros sobre a temática, criação de uma comissão de memória da atuação femininas durante o conflito e construção dos campos, a capacitação de mulheres para conduzirem companhias de conscientização nos meios de comunicação nacional como RASTV e Rádio Nacional até debates no âmbito de saúde sobre o uso de métodos contraceptivos e temas controversos na sociedade saaraui como liberdade sexual feminina e gravidez fora do casamento (UNMS, 2011).

No âmbito da RASD, o principal marco para a politização feminina desenrolou-se durante o XII Congresso da POLISÁRIO em 2007, quando o então Presidente da República Mohamed Abdelhaziz sugeriu a introdução de cotas parlamentares fixas para a representação de mulheres nas eleições do Conselho Nacional Saaraui (ROSETTI, 2008). Entretanto, a medida se mostrou muito polêmica com diversos grupos contrários à sua efetivação. Consequentemente, não sendo aprovada durante o evento. Posteriormente, as cotas parlamentares, em uma razão de 30%, foram instituídas por decreto presidencial (WILSON, 2010). A introdução desta medida por ordem do executivo, demonstra a relutância da população em aceitar tal medida e o receio acerca de uma maior participação feminina no âmbito político. Além disso, significou uma política imposta a população de cima para abaixo, não possuindo um caráter amplamente democrático no qual o partido saaraui afirma conduzir a Nação.

A concepção de cotas parlamentares está alinhada com a Resolução 1325 de 2000 do Conselho de Segurança e os trabalhos da Plataforma de Ação de Beijing de 1995, as quais defendem ações governamentais para incentivar a maior participação de mulheres nos aparelhos políticos estatais. Rosetti (2008) ressalta que a Resolução incentiva todos os países em desenvolvimento e em reconstrução pós-conflito para uma maior igualdade de gênero nos processos de tomada de decisão, desde as mesas de negociação à reconstrução dos órgãos parlamentares. Para a autora, o período de reconstrução pós conflito se mostraria o ambiente perfeito para se questionar sistemas patriarcais e os papéis de gênero pré-estabelecidos.

Alguns autores acusam a POLISARIO de implementar tais medidas apenas para atrair a simpatia dos atores internacionais e promover suas reivindicações por autodeterminação. Todavia, autores como Rosetti (2011), defendem que apesar da igualdade de gênero ser utilizado como um diferencial entre RASD e Marrocos nos discursos governamentais, as medidas representam evoluções efetivas para os direitos das mulheres da região e incentivam a superação do medo e falta de confiança dos eleitores saarauis nas capacidades política deste coletivo. Entretanto, deve-se destacar que a implementação de cotas não é suficiente para garantir uma maior aceitação da participação feminina e a conscientização do potencial feminino para atuar nas instituições parlamentares (WILSON, 2017). Neste raciocínio, Nanivadekar (2006) defende que concomitante as cotas, deve-se realizar procedimentos complementares para tornar está tática mais efetiva, como campanhas de educação política para mulheres e de conscientização de gênero para homens, ademais de propagandas para a sensibilização dos eleitores.

Diferentemente de outros países onde as cotas parlamentares foram aplicadas, boa parte do público feminino se mostrou contrário a implementação do projeto, até mesmo a UNMS se demonstrou resistente em um primeiro momento a sua introdução. Os opositores argumentavam que a inserção feminina nas esferas sociais e políticas só seria efetiva através do mérito próprio (ROSETTI, 2008). Além da recusa das mulheres em receber um “presente” do Estado, muitos enxergavam esta ação como uma limitação da liberdade de escolha dos eleitores, sendo, portanto, antidemocrática (WILSON, 2010). Em entrevista à Rosetti (2008), Abdehadi relatou

Ainda não alcançamos os nossos plenos direitos e há muito trabalho a ser feito, os direitos nunca serão dados, eles têm de ser conquistados - mas percorremos um longo caminho [...]. No entanto, éramos iletradas há não muito tempo e ainda temos uma mentalidade que deriva disso até certo ponto. Parece-me bastante normal, dado este fato, que as mulheres tendem a votar em homens e não em outras mulheres. Nós temos figuras femininas proeminentes. Mas é perfeitamente verdade que temos que lutar contra a mentalidade antiquada (ROSETTI, 2008, p.16)

Reafirmando essa opinião, Mariam B representante da POLISARIO em Roma sustenta

E as mulheres não queriam, muitas mulheres não queriam isso no Congresso. Eles queriam ter uma cota [mas] as mulheres diziam: “não queremos uma cota que não merecemos”. Isso significa que aqueles que querem ter uma posição política devem mostrar as habilidades, a coragem e a ambição política de concorrer, para construir essa capacidade. Algo é obvio, (...) para aquelas posições onde alguém tem que ser votado para preencher um papel. É justo que ele / ela seja escolhida pelo povo, por causa de suas habilidades, da habilidade de convencer as pessoas (ROSSETI, 2011, p.81).

Apesar dessa parcela de mulheres afirmarem que não precisam das cotas, os dados são claros, e serão melhor analisados futuramente. As cotas possibilitaram o crescimento, ou pelo

menos a manutenção da porcentagem em 30%, da participação política feminina nas hierarquias mais elevadas. Um aspecto identificado por Rocío Martín (2015) em suas entrevistas é que mulheres mais velhas se sentem injustiçadas e consideram que seus sacrifícios foram desmerecidos quando, segundo elas, às jovens lhe “presenteiam” possibilidades, que a elas foi negada, apenas por serem mulheres.

Outro fator que pode ser identificado nos relatos coletados por Rosetti (2011), consiste que um dos desafios centrais para a incorporação feminina nas esferas mais altas da política saarai trata-se da hesitação das próprias mulheres em votar em mulheres. Tortajada (2004) afirma que esta concepção é derivada da falta de confiança das mulheres em sua capacidade para exercer papéis de liderança e representantes do povo. Neste temor se inclui a possibilidade de se candidatar e também de votar para outras mulheres. Segundo a autora, estes medos são alimentados pela grande demanda de dedicação e tempo despendidas nessas carreiras políticas, o que as afastaria de seu papel tradicional de donas de casa, mães e responsáveis por sua família (TORTAJADA, 2004). A secretária geral da UNMS Fatma El Mehdi descreve

Apesar de tudo, uma das principais dificuldades tem sido a recusa das próprias mulheres saarauis em reconhecer a importância das cotas, (...) é algo que estamos trabalhando, mas nas eleições anteriores já alcançamos um passo, chegamos a um acordo com o governo, porque antes das últimas eleições tínhamos vinte e quatro por cento como representação no Parlamento, e dissemos que temos que proteger essa porcentagem e tentar aumentá-la, e não tem sido fácil, porque somos realmente um povo democrático, ou pelo menos tentamos trabalhar a democracia, mas em muitos casos descobrimos que muitas mulheres não estão à altura desse direito, não o valorizam, a maioria não o usa, não aproveita para melhorar a situação das mulheres. Todas as mulheres com mais de dezoito anos podem votar, elas têm esses direitos, mas a maioria não está interessada em participar, e a maioria dos que votam preferem votar em um homem para ganhar, e a verdade é que a luta que temos ainda a frente é entre nós como mulheres. Então chegamos a um acordo, que nos espaços eleitorais, que são os campos, cada campo tem que escolher um parlamentar ou um parlamentar, de nossa parte, tem que ser parlamentar porque, porque a população do campo é mulher, ou seja, as mulheres representam quase oitenta e cinco por cento no campo, e todas têm o direito de votar. As listas que sempre são apresentadas são mulheres e homens, mas os homens sempre vencem (MARTÍN, 2015, p.304).

A Secretária Geral admite que a organização identificou este problema e tem como uma de suas metas combater esta hesitação e falta de confiança entre as mulheres. Sobre o tema, ainda explica

Nós tentamos saber qual é o problema. Uma das coisas que alcançamos ou que conseguimos conhecer, por exemplo, é que existe uma situação de falta de autoestima por parte de muitas mulheres. Há muitas mulheres que dizem por exemplo "Eu prefiro votar em um homem porque o homem não é aquele que tem que dar à luz um filho, então ... ele não trabalha em casa e as mulheres não podem lidar com tudo isso", assim como não há participação de homens dentro de casa, as mulheres estão muito sobrecarregadas com o trabalho do lar e não conseguem obter mais. Depois há também outra situação, que há

muitas mulheres que pensam que por não terem certo nível de escolaridade, não podem garantir que irão trabalhar bem, ou seja, são preconceitos que sempre tivemos internalizados, porque não sei, pela educação que recebemos, ou até mesmo em razão das mentalidades sociais (MARTÍN, 2015, p.341)

Como o trecho anterior deixa claro, é possível identificar falas de cunho patriarcais entre as mulheres, as quais procuram reiterar as divisões de gênero tradicionais da sociedade. Ao debater sobre esta questão, Fatma destaca a necessidade do empoderamento feminino e dos debates de gênero e feministas, sobre o assunto discursiva

Em qualquer caso, há uma consciência significativa na UNMS da necessidade de mulheres com uma presença política para reconhecer as demandas e necessidades das próprias mulheres. Da mesma forma que, nas nossas sociedades, discutimos os riscos de obter a presença política de mulheres não feministas em instituições, as mulheres saharais também estão plenamente conscientes da necessidade de as mulheres feministas terem acesso a posições de poder, vimos que não estamos ganhando muito ter muitas mulheres no poder, e pode até ser pior e mais perigoso ter mulheres que não carregam consigo a nossa mensagem como mulheres, então, não é apenas importante ter muitas mulheres no poder é mais importante ter menos e que essas poucas tenham uma consciência política para a questão das mulheres. Por isso, queremos requerer esse espaço, a Plataforma de mulheres saarais, onde estarão as ministras, parlamentares, as membras da UNMS, principalmente queremos iniciar um processo educativo para todas elas, e trabalhar o tema nas políticas de gênero, porque não podemos trabalhar essas políticas dentro do governo ou no Parlamento, se nossas ministras e nossas parlamentares não estão convencidas, queremos que elas sejam nossas verdadeiras representantes. Ser mulher e carregar uma melfa não é suficiente para representar a mulher saarai. (MARTÍN, 2015, p.305).

A partir do relato da Secretária Geral da UNMS pode-se observar a conscientização da instituição acerca da necessidade de uma educação de gênero e feminista para que as mulheres que alçarem os órgãos que tomadas de decisão do país, possam de fato defender os interesses e direitos do coletivo feminino.

Sem embargo, é necessário destacar a dificuldade de se encontrar fatos concretos acerca da participação feminina nos âmbitos políticos da RASD. Os sites governamentais são difíceis de se navegar e antiquados, poucos dados são encontrados em relatórios de Organizações Internacionais ou ONGs que tratam sobre o tema. Como consequência, as informações aqui utilizados se originam dos serviços de imprensa saarai e de relatos e dados de pesquisadoras e pesquisadores que visitaram os campos de Tinduf e ali acompanharam os processos eleitorais.

Durante as eleições de 2008 foram implementadas pela primeira vez as cotas parlamentares. As autoridades nacionais estavam empenhadas que o sistema fosse bem-sucedido e empreenderam tudo ao seu alcance para garantir uma eleição tranquila. Ao final do prazo para a inscrição de candidatos, os organizadores não se encontravam satisfeitos com o número de mulheres

concorrentes, decidiram estender o prazo de registro de candidaturas e realizar transmissões de rádio para incentivar um maior número de candidatas (WILSON, 2010).

Os resultados se demonstraram uma grande conquista para as mulheres. A renovação do Parlamento Saaraui chegou a 61.53%, com uma porcentagem de 34,61% de mulheres eleitas (ROSETTI, 2008). Em números objetivos, as mulheres conseguiram dezoito lugares no Conselho Nacional. Ao se examinar a distribuição distrital das vagas, se observa que duas foram do campo Auserd, quatro de Smara, três de El Aaiún e quatro de Dakhla, além das quatro vagas reservadas para UNMS e uma das vagas especiais para a União dos Jovens Saarauis (WILSON, 2010). Neste ano também se observou um crescimento da participação feminina em nível ministerial, sendo atribuído três ministérios para mulheres: a primeira dama Khadidja Hamdi como Ministra da Cultura; Mahfouda Mohamed Rahal foi reeleita como Ministra de Estado para Assistência Social e Emancipação Feminina; e Mariem Salek H'mada foi nomeada Ministra da Educação (ROSETTI, 2008).

Ponderando-se esses dados, percebe-se como o debate acerca das cotas foi efetivo. Dos dezoito assentos conseguido por mulheres, quatro eram reservados para a UNMS e oito pelo sistema de cotas, dois por acampamento. Por fim, percebe-se que as mulheres conseguiram alcançar uma parcela maior de participação que o definido pelo projeto, apenas doze assentos eram de concorrência exclusiva para mulheres, o que significa seis vagas foram conseguidas através da concorrência geral. Todavia, a eleição também demonstrou a resistência de mulheres votarem por suas semelhantes, na *wilaya 27* de fevereiro, na qual se localiza a maior escola para mulheres da RASD e possui uma população majoritariamente feminina, apesar de todas as candidatas mulheres o representante eleito foi um homem (WILSON, 2010).

Para melhor se compreender o grande avanço que essas cifras representam para o empoderamento feminino em âmbito parlamentar, é necessário se fazer uma retrospectiva histórica. Segundo um relatório divulgado pelo serviço de imprensa saaraui em 2008 montou-se a seguinte tabela:

ELEIÇÃO	ANO	PORCENTAGEM
Primeira legislatura	1995-1997	4.95%
Segunda Legislatura	1997 – 1999	4.95%
Terceira Legislatura	1997 – 1999	6.93%
Quarta Legislatura	Out. 1999 – Abril 2001	11.76%

Quinta Legislatura	Abr. 2001 – Out. 2003	13.72%
Sexta Legislatura	Dec.2003 – Dec.2007	24%
Sétima Legislatura	Mar. 2008	34%

Tabela 1: Porcentagem de representação feminina no Conselho Nacional Fonte: SAHARA PRESS SERVICE, 2008

A partir da interpretação dos dados da tabela 1, pode-se perceber um constante crescimento da participação das mulheres no Conselho Nacional com o passar dos anos, contudo a implementação das cotas em 2007 gerou um crescimento de 10% entre os resultados das duas eleições, o maior salto observado entre duas eleições.

Durante a realização do VI Congresso da UNMS em 2011 Fatma El Mehdi, Secretária Geral da UNMS, relata os avanços da organização na promoção da participação política do coletivo utilizando dados das eleições de 2010. Ela apresentou os seguintes dados sobre a inserção feminina, as quais representavam: 34 % do legislativo da RASD; 35 % dos representantes do Parlamento Africano; 10% do Governo executivo da RASD; 24% das responsáveis em níveis regionais; e 17% dos representantes e diplomatas das POLISARIO e RASD em países estrangeiros (OLIVEIRA, 2011).

A partir desses dados, pode-se perceber que houve uma manutenção da proporção das representantes femininas no parlamento durante a eleição de 2010, ademais de destacar a presença das mulheres nas esferas de representação e cooperação em níveis regionais e internacionais. Neste seguimento, é necessário destacar a participação da UNMS nos fóruns regionais de proteção a mulher e a participação de mulheres saarauis no Parlamento Pan-africano, no qual a deputada saarai Suelma Beiruk é vice-presidente desde 2012 (SAHARA PRESS SERVICE, 2015).

A taxa de participação feminina no parlamento também se manteve constante durante as eleições de 2012, no patamar de 35% (SAHARAWI HARARE EMBASSY, 2012), todavia durante a votação de 2014 se constatou uma diminuição de 5% na presença de mulheres, apresentando um total de 30% (SAHARA PRESS SERVICE, 2014). A partir desses dados, pode-se perceber que a percentagem feminina no parlamento passou por um constante crescimento até 2014, ano em que se observa uma ligeira queda, todavia as cotas se mostraram efetivas para evitar a queda brusca no número de conselheiras na eleição de 2014, mantendo as taxas em 30%.

Em níveis locais, nas *dairas* e *wilayas*, a maioria dos cargos políticos são preenchidos por mulheres. Atualmente todas as *dairas* são dirigidas por mulheres as quais são elegidas anualmente. Porém, quando falamos dos comités das *wilayas*, se percebe uma alta parcela de participação

feminina como membros, mas o posto de governador do campo de refugiado, aquele de maior responsabilidade, em sua maioria é ocupado por homens. A primeira *wilaya* a eleger uma mulher como governadora foi Smara no começo dos anos noventa (ESCODA, 2013). Hoje, segundo dados da Delegação Permanente Saaraui para as Nações Unidas, dois campos possuem governadoras: Ausserd, o qual é comandado Mariam Hmada e Bujdur, também conhecido como Campo 27 de Fevereiro, gerido por Fatma Balla. Esse traço retrata como os eleitores saarauis, apesar de elegerem mulheres como membros dos Conselhos de Base dos acampamentos, ainda são relutantes em concederem cargos de maior responsabilidade à população feminina.

Em relação à participação de mulheres no poder executivo, em especial na esfera ministerial, ainda é relativamente baixa e inconstante. Pode-se observar uma fase de crescimento da participação de mulheres durante o período 2007 – 2016, seguido por uma queda nos anos seguintes, fenômeno que pode ser identificado a partir dos dados a seguir. No ano de 2007 verificou-se apenas uma mulher como Ministra de Cultura e Esporte (ESCODA, 2013), posteriormente em 2008, como citado anteriormente, percebe-se um salto na participação feminina, três mulheres foram nomeadas para o ministério Cultura, Ministério de Estado para Assistência Social e Emancipação Feminina e Ministério da Educação (ROSETTI, 2008).

No intervalo entre 2012 e 2016 reparou-se novamente um crescimento no número de mulheres no executivo. Neste período, quatro Ministérios foram ocupados por mulheres Mariam Ahmadi Salek no Ministério de Educação, Jadiya Hamdi no Ministério de Cultura, Jira Bulahi no Ministério de Função Pública e Mahfuda Mohamed Rahal no Ministério de Assuntos Sociais e Emancipação da Mulher (GASCÓN; SEISDEDOS, 2016; MARTÍN, 2015). Com a articulação de um novo governo em 2016, notou-se a queda no número ministérios dirigidos por mulheres. No governo atual, há apenas dois sob direção feminina, o Ministério de Cultura ainda sob direção de Jadiya Hamdi Mahfuda e no Ministério de Assuntos Sociais e Emancipação da Mulher que também continua gerido por Mohamed Rahal (WESTERN SAHARA UN, 2018).

A instabilidade do número de mulheres nos ministérios do governo saariau, se deve ao fato da nomeação de ministras depender da decisão do Secretário Geral da POLISARIO, o qual também ocupa o posto de Presidente da República, no momento composição de seu gabinete de governo. Com isso, a participação de mulheres em nível ministerial dependerá da concepção do candidato eleito. A fase de crescimento constante observada ocorreu durante os governos de Mohamed Abdelaziz que ocupou o cargo desde 1976 até seu falecimento em 2016. Portanto, pode-se indagar

que o então dirigente da RASD aumentou progressivamente a participação feminina durante os anos ao perceber a capacidade adquirida pelo coletivo durante os anos de construção da sociedade. Como consequência, a queda no número de mulheres pode ser explicada pela reestruturação do gabinete de governo do novo presidente Brahim Ghali, o qual possui um perfil mais conservador.

Por fim, apesar das pequenas quedas nas taxas de participação feminina tanto em nível ministerial como parlamentar e dos vestígios de pensamentos patriarcais na sociedade, percebe-se um reconhecimento na sociedade acerca do trabalho feminino na gestão da sociedade e a atuação direta da União Nacional das Mulheres Saaraui para o desenvolvimento do empoderamento feminino e de um movimento feminista islâmico neste coletivo. Ademais, nota-se que a participação das mulheres na luta de autodeterminação de sua Nação, tanto na resistência contra o colonialismo espanhol e a resistência pacífica na forma de re-existência nos campos de refugiados, acarretaram na transferência de parcelas de responsabilidade que até então eram exclusivamente masculinas, ocasionando uma integração feminina nos órgãos políticos no nível de base. Entretanto, quando analisamos níveis mais altos, percebemos que apesar de um grande avanço em relação ao período colonial e até mesmo ao pré-colonial, no qual as mulheres não eram permitidas nos conselhos de decisões estratégicas e políticas, a participação de mulheres ainda é limitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi investigar de qual maneira a participação feminina durante o processo de autodeterminação do Saara Ocidental e no processo de reconstrução da sociedade saarai nos campos de refugiados de Tinduf, contribuiu para que as mesmas alcançassem posições nos âmbitos políticos e de tomadas de decisões da República Árabe Saarai Democrática.

As motivações para esta investigação foi a grande publicidade entre os ativistas e meios de comunicação envolvidos com o tema acerca da participação feminina na sociedade e da conjuntura única da mulher saarai em comparação com outros países muçulmanos. A presente pesquisa pretendia averiguar até que ponto os imaginários reproduzidos por estes meios eram compatíveis com a realidade e se, de fato, a participação feminina durante o processo de independência do território ocasionou uma maior participação política deste coletivo na atualidade.

Os dados recolhidos a partir da bibliografia e análises pessoais abordadas durante os capítulos desta monografia possibilitaram o reconhecimento de um crescente empoderamento feminino na sociedade saarai, ocasionando a transferência de parcelas de responsabilidades políticas para as mulheres da comunidade. Entretanto, deve-se destacar algumas considerações acerca do tema.

Inicialmente, atestou-se que, como defendido pelos discursos da POLISARIO e ativistas da causa saarai, a mistura de tradições árabes-berberes possibilitou uma maior gama de liberdades as mulheres em comparação com comunidades árabes sedentárias tradicionais. Na sociedade saarai pré-colonial já se reconhecia o direito à herança e a demanda de divórcio pelas mulheres, ademais do coletivo feminino exercer posições de poder nos momentos de ausência de seus maridos e homens em geral. Entretanto, como defende Joanna Allan (2010), não se deve romantizar as relações de gênero desta sociedade. Apesar de sua maior independência, as atividades nos grupos nômades saarauis eram diferenciadas por gênero, estando as mulheres responsáveis pelo gerenciamento de suas tendas e família, excluídas das assembleias de decisões estratégicas e militares da tribo, embora estivessem integradas nas discussões acerca dos temas diários e administrativos da sociedade. Neste sentido, apesar da organização matrilocal das famílias, a comunidade ainda possui uma composição patriarcal.

Com o advento do colonialismo espanhol, pode-se perceber uma clara tentativa de colonização de gênero pelas autoridades colônias, principalmente através das atividades da chamada Seção Feminina. A instituição do governo franquista possuía como objetivo formar as

futuras mães da nação castelhana e almejava educar as mulheres saarauis a partir das noções de gêneros católicas conservadoras do regime espanhol. Ademais, o processo de sedentarização das tribos no território e a implementação de uma economia de exploração colonial manteve as mulheres excluídas do mercado de trabalho e confinadas ao ambiente de suas residências.

Em convergência, diversos autores utilizados durante esta pesquisa destacam a importância desta perda de autonomia durante o período colonial para a alta taxa de participação feminina nos movimentos de resistência colonial. O movimento nacionalista saarai conseguiu inserir em seu discurso as demandas para a cessação das opressões de gênero empreendidas pela metrópole colonial, inserindo as mulheres na difusão das ideias e organização do grupo e suas manifestações. Constatou-se a re-apropriação de suas tradições berberes como uma clara forma de resistência decolonial, tanto relacionadas a colonialidade de gênero e poder.

Com a evolução da luta de autodeterminação para um conflito armado, observou-se a principal atuação feminina nas atividades de retaguarda. Apesar de uma menor porcentagem de mulheres como soldados ou vigias de prisioneiros de guerra, o coletivo se destacou como guias da massa de cidadãos em fuga em direção ao deserto argelino após a invasão do país por tropas marroquinas e mauritanas. Durante o período de conflito as mulheres foram responsáveis pela construção e gerenciamento da sociedade saarai em exílio, com isso, gerando as instituições e bases materiais para o funcionamento da RASD atualmente. A reconstrução da sociedade em exílio, adotando-se características de sua sociedade tradicional mescladas com instituições fundamentais de Estados Modernos, pode ser definida como uma forma de resistência pacífica, na qual se empregou a re-existência como uma maneira de resistência decolonial contra o colonialismo marroquino e à colonialidade de poder e saber dos organismos internacionais envolvidas no processo de descolonização do território que não reconhecem a RASD como um Estado de fato.

O protagonismo feminino na gestão dos acampamentos de Tinduf é fundamental para se entender o progressivo empoderamento feminino na sociedade. Foi nesse ambiente que se notou um transbordamento das atividades femininas no âmbito administrativo para o político. Devido à ausência masculina, as mulheres se encarregaram de parcelas de responsabilidades que em sua sociedade eram tradicionalmente masculinas. Na atualidade as mulheres, conjuntamente com a União Nacional das Mulheres Saarauis, são responsáveis pela organização do Sistema de Saúde,

de Educação e de Justiça e pela distribuição dos recursos provenientes das ajudas internacionais para toda a população.

Com a assinatura do cessar fogo em 1991, a sociedade saaraui passou por diversas transformações como a introdução de dinheiro e a criação de uma economia de mercado rudimentar. Todavia, a principal mudança nos acampamentos de Tinduf foi a volta da população masculina para a vida comunitária. Esse fenômeno significou a redistribuição de trabalhos, além da criação de tensões e dúvidas acerca do futuro da atuação feminina no comando da sociedade. Por hora, em razão da continuação das tensões no território livre e na fronteira com o Marrocos e da grande migração masculina em busca de trabalhos, o retorno masculino não significou grandes transformações para as responsabilidades femininas.

A presente pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: A participação feminina na luta por autodeterminação do Saara Ocidental e na reconstrução da sociedade nos campos de refugiados de Tinduf impactou no empoderamento e participação política das mulheres na Frente POLISÁRIO e República Árabe Saaraui Democrática (RASD)? Para se responder tal questionamento empreendeu-se uma pesquisa acerca das modificações nas relações de gênero na sociedade saaraui conjuntamente com a análise das atividades empreendidas pela União Nacional das Mulheres Saarauis e POLISARIO para o empoderamento político feminino.

Percebeu-se a participação das mulheres na luta de autodeterminação de sua Nação, tanto na resistência contra o colonialismo espanhol e a resistência pacífica na forma de re-existência nos campos de refugiados, acarretaram na transferência de parcelas de responsabilidade que até então eram exclusivamente masculinas, ocasionando uma integração feminina nos órgãos políticos no nível de base. Entretanto, quando se analisa hierarquias mais altas como Conselho Nacional e Ministérios de Governo, a participação de mulheres ainda é limitada. Todavia, deve-se destacar que apesar o nível de participação feminina nesses órgãos representa um grande avanço em relação ao período colonial no qual as mulheres estavam limitadas as suas casas e não possuíam direitos políticos e até mesmo em relação a fase pré-colonial, na qual as mulheres não eram permitidas atuarem nos conselhos de decisões estratégicas e políticas.

Ademais, o processo de empoderamento empreendido pela POLISARIO e UNMS foi de extrema importância para se atingir a inserção da mulher na vida política da sociedade. O sistema de educação desenvolvido pela UNMS possibilitou que a mulher saaraui fosse capacitada para atuar em todas as áreas da comunidade, porém a criação de cursos específicos para aquelas que

desejam atuar nos órgãos públicos e cargos políticos representou um ponto chave para o empoderamento político do coletivo. No âmbito nacional, a implementação de cotas parlamentares para mulheres gerou um salto no número de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento, além de evitar que devido a imprevisibilidade das eleições a representatividade feminina seja rigorosamente diminuída.

Ao final da pesquisa, comprovou-se a hipótese de que a participação feminina na resistência saarai ocasionou uma transformação no papel da mulher em relação as suas atribuições na sociedade nômade tradicional. Na atualidade as mulheres são responsáveis por quase todos os setores da sociedade, sendo a maioria dos trabalhadores do Sistema educacional, de Saúde, Comunicação e Justiça. No âmbito político representam 30% do Parlamento Nacional e possuem representantes em nível ministerial. Além disso, durante a construção da República Saarai muitas demandas e direitos femininos foram garantidos constitucionalmente. Ademais, a UNMS é a instituição que mais atua em âmbito internacional para a militância e defesa do direito a autodeterminação de sua Nação, além de ser responsável por diversos projetos de cooperação com organismos internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALBÁN; A. Pedagogías de la re-existencia: Artistas indígenas y afrocolombianos. In: WALSH, Catherine. **Pedagogías descoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir**. Quito: Abya Yala, 2013. p. 443-468.
- ALBRECHT, Judith. How to be an Iranian Woman in the 21st Century?: Female Identities in the Diaspora
- ALLAN, Joanna. Imagining Saharawi women: the question of gender in POLISARIO discourse. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 15, n. 2, p.189-202, jun. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629380902861103>.
- _____. Privilege, Marginalization, and Solidarity: Women's Voices Online in Western Sahara's Struggle for Independence. **Feminist Media Studies**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.704-708, 3 jul. 2014. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14680777.2014.935209>.
- BARATA, Maria João Ribeiro Curado. **Identidade, autodeterminação e relações internacionais: o caso do Saara Ocidental**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais - Política Internacional e Resolução de Conflitos) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.
- BAROJA, Julio Caro. **Estudios saharianos**. Madrid: Cartoné, 2008. 509 p.
- BELLOSO, María López; AZKUE, Irantzu Mendia. Local Human Development in contexts of permanent crisis: Women's experiences in the Western Sahara. **Jàmbá: Journal of Disaster Risk Studies**, Bilbao, v. 03, n. 02, p.159-176, dez. 2009.
- BENGOCHEA, Enrique. La movilización nacionalista saharauí y las mujeres durante el último periodo colonial español. **Revista Historia Autónoma**, Valencia, n. 03, p.113-128, 2013.
- BERISTAIN, Martín; GONZÁLEZ. **El Oasis de la Memoria: Memoria Histórica y Violaciones de Derechos en el Sáhara Occidental**. Bilbao: Hegoa/upv, 2012. 750 p.
- BERISTAIN, Carlos Martín; URBIETA, Itziar Lozano. **NI GUERRA NI PAZ: Desarrollo en el refugio Esperanza y desafíos de la cooperación con el Sahara**. Bilbao: Hegoa, 2002. 80 p.
- BUTLER, Judith. **Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad**. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.
- CARATINI, Sophie. La prisión del tiempo: los cambios sociales en los campamentos de refugiados saharauis. **Cuadernos Bakeaz**, n. 77, p.1-21, out. 2006.
- CASILLAS, Martha Lleana Landeros. Pensamientos y anhelos de mujeres saharauis a través de fotografías. **Aula de Encuentro**, Guadalajara, v. 01, n. 18, p.24-43, 2016.
- CHACÓN, Arantza; BELLOSO, María López. Feminismo y cooperación descentralizada: experiencia de la Unión Nacional de Mujeres Saharauis y la Red Vasca de Apoyo a la UNMS. In: LARRAÑAGA, Mertxe; JUBETO, Yolanda. **La cooperación y el desarrollo humano local: Retos desde la equidad de género y la participación social**. Bilbao: Hegoa, 2011. p. 115-130.

CIESIELKIEWICZ, Monika; GUIJARRO, Oscar Garrido. Saharawi Women - Educators and Promoters of Peace. **Issues In Social Science**, [s.l.], v. 5, n. 2, p.13-24, 11 set. 2017. Macrothink Institute, Inc.. <http://dx.doi.org/10.5296/iss.v5i2.11313>.

COBO, Ignacio Fuente. SAHARA OCCIDENTAL: ORIGEN, EVOLUCIÓN Y PERSPECTIVAS DE UN CONFLICTO SIN RESOLVER. **Ieee.es**, Madrid, p.01-22, 2011.

COBO, Ignacio Fuente; MENÉNDEZ, Fernando M. Mariño. **EL CONFLICTO DEL SAHARA OCCIDENTAL**. Madrid: Ministerio de Defensa, 2005. 220 p.

COCONI, Luciana. **Las mujeres del Sahara Occidental**. 2008. 20 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master En Estudos Internacionais, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2008.

DAFA, Lehdía Mohamed. **De la lectura del Informe General del 7º Congreso de la Unión Nacional de Mujeres Saharaui (UNMS)**. 2015. Disponível em: <<http://lehdiameddafa.blogspot.com/2015/04/de-la-lectura-del-informe-general-del-7.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **¿Existe un feminismo saharai?** 2014. Disponível em: <<http://saharaopinions.blogspot.com/2014/03/existe-un-feminismo-saharai.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. **Maloma (2ª Parte) La imposible supervivencia identitaria en el aislamiento**. 2016. Disponível em: <<http://lehdiameddafa.blogspot.com/2016/05/maloma-2-parte-la-imposible.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DAHMANE, Mohamed. La mujer en la sociedad Nomada del Sur de Marruecos: enfoque etnográfico. **Cadernos Pagu**, Kenitra, p.33-42, 2008.

DELGADO, Eugenio G. Mujeres en Sahara Occidental: La melfa da color a la resistencia. **Mundo Negro**, El Aaiún, p.25-27, mar. 2017.

DONATTI, Lana Priscila. **A soberania permanente sobre os recursos naturais do povo saaraui: Autodeterminação dos povos**. 2013. 115 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, UFSC, Florianópolis, 2015.

ESCODA, Esther Gutierrez. **Los campamentos de refugiados saharauis: las mujeres de Tindouf (1975-2010)**. Terragona: Universitat Rovira I Virgili, 2013. 25 p.

ESTRADA, Rodrigo Duque. RICCI, Carla. **A política externa brasileira para a questão do Saara Ocidental**. 2012.

_____. **Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da “última colônia”**. 2014.

FIDDIAN-QASMIYEH, Elena. El prolongado desplazamiento saharai: Retos y oportunidades más allá de los campamentos. **Sinopsis de Políticas de Migración Forzada**, Oxford, n. 7, p.01-50, 2011.

_____. **IDEAL” REFUGEE WOMEN AND GENDER EQUALITY MAINSTREAMING IN THE SAHRAWI REFUGEE CAMPS: “GOOD PRACTICE” FOR WHOM?. Refugee Survey Quarterly**, [s.l.], v. 29, n. 2, p.64-84, 1 mar. 2010. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/rsq/hdq023>.

FISAS, Vicenç. El proceso de paz del Sáhara Occidental: Una propuesta de salida negociada. **Quaderns de Construcció de Pau**, n. 18, 2011.

FUENTES, Carmen Caballero; GASCÓN, Luisa Grande; SEISDEDOS, Susana Ruiz. Género y construcción de la paz en la cooperación internacional: el papel de las mujeres saharauis en el conflicto del Sahara Occidental. Jaen, p.01-25, 2012.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Soc. e Cult**, Goiânia, v. 16, n. 2, p.395-403, 2013.

GASCÓN, María Luisa Grande; SEISDEDOS, Susana Ruiz. Análisis del conflicto saharauí desde una perspectiva de género. **Index de Enfermería**, Jaen, v. 03, n. 25, p.185-189, 2016.

GIMENO, Juan Carlos. Practicando antropología de orientación pública en el Sáhara Occidental. **Revista de Antropología de Orientación Pública**, Madrid, p.01-18, 2015.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais** 80. p. 115-147. 2008.

GROSGUÉL, R; MIGNOLO, W. D. *Intervenciones Descoloniales*: una breve introducción. In: **Tabula Rasa.**, No.9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia, 2008.

HIGGS, Johanna; RYAN, Christine. Leaders in the desert: The Sahrawi women of Western Sahara. **International Journal For Intersectional Feminist Studies**, n. 01, p.29-39, set. 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, 2014.

HUGUET, Montserrat. Activismo y mujeres en los procesos de descolonización Marruecos y el Sahara Occidental (1975). Granada, p.01-17, 2013.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Summaries of Judgments, Advisory Opinions and Orders: Western Sahara**.1975

ISIDOROS, Konstantina. Unveiling the Colonial Gaze: Sahrāwī Women in Nascent Nation-state Formation in the Western Sahara. **Interventions**, [s.l.], v. 19, n. 4, p.487-506, 31 jan. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1369801x.2016.1277152>.

JULIANO, Dolores. **LA CAUSA SAHARAUI Y LAS MUJERES: SIEMPRE HEMOS SIDO MUY LIBRES**. 2. ed. Barcelona: Icaria Editorial, S.a, 1998. 112 p.

LIPPERT, Anne. Sahrawi Women in the Liberation Struggle of the Sahrawi People. **Signs**, Chicago, v. 03, n. 17, p.636-652, 1992.

LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. 2003. 43 p.

MARTÍN, Rocío Medina. **MUJERES SAHARAUIS: EXPERIENCIAS DE RESISTENCIAS Y AGENCIAS EN UN DEVENIR FEMINISTA DESCOLONIAL**. 2015. 405 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofía del Derecho, Departamento de Derecho Público, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2015.

_____. **CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES DE GÉNERO Y CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDADES FEMINISTAS EN LAS MUJERES SAHARAUIS EN LOS CAMPAMENTOS DE REFUGIADOS/AS EN TINDOUF (ARGELIA): UNA LECTURA DESDE EL FEMINISMO POSCOLONIAL.** Sevilla, p.890-905, 2014.

MUNDY, Jacob A. Performing the nation, pre-figuring the state: the Western Saharan refugees, thirty years later. **The Journal Of Modern African Studies**, [s.l.], v. 45, n. 02, p.275-297, 14 maio 2007. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0022278x07002546>.

MURPHY, Jennifer M.; OMAR, Sidi M. Aesthetics of Resistance in Western Sahara. **Peace Review**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.349-358, jul. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10402659.2013.816553>.

NAYLOR, Phillip C. **North Africa: a history from antiquity to the present.** Texas: Editora da Universidade do Texas, 2009.

OLIVERA, Mariana Espeleta. **Las mujeres saharauis en camino a la utopía.** 2011. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master Oficial En Estudios de Mujeres, Género y Ciudadanía, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples:** Adopted by General Assembly resolution 1514 (XV) of 14 December 1960. 1960. Disponível em: <<http://www.un.org/en/decolonization/declaration.shtml>>. Acesso em: 28 nov. 2017

_____. **DECLARATION ON PRINCIPLES OF INTERNATIONAL LAW CONCERNING FRIENDLY RELATIONS AND COOPERATION AMONG STATES IN ACCORDANCE WITH THE CHARTER OF THE UNITED NATIONS.** 1970. Disponível em: < <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement> >. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____. **Resolução 2229 da Assembléia Geral.** 1965. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/218/35/IMG/NR021835.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. RESISTÊNCIA DESCOLONIAL: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS TERRITORIAIS. In: UFPA, 2013, Cametá: Ufpa, 2013. p. 01 - 20.

PERREGAUX, Christiane. **Gulili:** mujeres del desierto saharauí. 2. ed. Navarra: Txalaparta, 1993. 153 p.

POLO, Carmen Jesús. Resistencias cotidianas de las refugiadas saharauis. **Percepciones del Desarrollo, Dentro y Fuera del Continente Africano**, p.111-134, 2012.

PORTOLÉS, Carmen Magallón. Representaciones, roles, y resistencias, de las mujeres en contextos de violencia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 96, p.09-30, 1 mar. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.4797>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder e clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Ed.). **El giro decolonial:** Reflexiones para una diversidad

epistémica más allá del capitalismo global. 21. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

ROSETTI, Sonia. **Gender mainstreaming in state-building: a case study of Saharawi refugees and their foreign representatives.** 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de History And Politics, University Of Wollongong, Wollongong, 2011.

_____. Saharawi women and their voices as political representatives abroad. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 17, n. 2, p.337-353, mar. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629387.2011.627772>.

_____. **Public diplomacy and gender mainstreaming: An ethnographic exploration of Saharawi informal representation in Italy.** Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/284285190>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. Formal and Informal Gender Quotas in State-Building: The Case of the Sahara Arab Democratic Republic. Wollongong, p.02-27, 2008.

SAHARAWI EMBASSY HARARE. **THE SAHARAWI NATIONAL COUNCIL.** 2012. Disponível em: <<http://saharawiembassy-harare.blogspot.com/p/the-saharawi-national-council-snc-or.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SAHARA PRESS SERVICE. **Anuncian para el 24 de febrero proceso de investidura de los miembros del Consejo Nacional Saharaui.** 2014. Disponível em: <<https://www.spsrasd.info/news/spsarchive/en/node/29254>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Une députée sahraouie réélue vice-présidente du Parlement panafricain.** 2015. Disponível em: <<https://www.spsrasd.info/news/spsarchive/en/node/4522>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Le Conseil national sahraoui renouvelé à plus de 69❖s sièges (officiel).** 2012. Disponível em: <<https://www.spsrasd.info/news/spsarchive/en/node/8841>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **El Consejo Nacional Saharaui (reseña històrica).** 2014. Disponível em: <<https://www.spsrasd.info/news/spsarchive/en/node/29321>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SAN MARTIN, Pablo. Nationalism, identity and citizenship in the Western Sahara. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 10, n. 3-4, p.565-592, set. 2005. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629380500336870>.

SÁNCHEZ, Carolina Jiménez. Refugee women in the Saharawi camps: towards gender equality. **T. J. Gender Studies In Developing Societies**, Malaga, v. 04, n. 01, p.317-326, 2016.

SANTIAGO, Amanda Padilla; DOMENECH, Júlia Pàfila. MUJERES SAHARAUIS: UN EJEMPLO DE LUCHA Y DIGNIDAD. **Cuadernos Kóre: Revista de historia y pensamiento de género**, Madrid, n. 7, p.183-200, 2012.

SERRANO, Nina. LA MUJER SAHARAUI EN LOS CAMPOS DE REFUGIADOS. **Conflictos i Convergències**, p.01-24, 1999.

SMOLAREK, Adriano Alberto. Conflito no Saara Ocidental: um país além da miragem. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 2, n. 1, p.34-38, 2013.

SOLÀ-MARTÍN, Andreu. Conflict Resolution in Western Sahara. **African Journal on Conflict Resolution**, v. 9:3, p.117-140, 2009. Disponível em:
<<http://www.ajol.info/index.php/ajcr/article/viewFile/52181/40807>> Acesso em: 28 nov. 2016.

SUZIN, Giovana Moraes; DAUDÉN, Laura. **Nem paz nem guerra**: três décadas de conflito no Saara Ocidental. São Paulo: Tinta Negra, 2011.

THEOFILOPOULOU, Anna. The United Nations' Change in Approach to Resolving the Western Sahara Conflict since the Turn of the Twenty-First Century. **Global, Regional And Local Dimensions Of Western Sahara's Protracted Decolonization**, [s.l.], p.37-51, 1 dez. 2017. Palgrave Macmillan US. http://dx.doi.org/10.1057/978-1-349-95035-5_2.

TORTAJADA, A. **Hijas de la arena**: Cartas desde los campamentos saharauis. Barcelona: Debolsillo, 2003. 312 p.

UNHCR EXCOM. **Refugee Women and Mainstreaming a Gender Equality Perspective**: Doc No. EC/51/SC/CRP.17.Unhcr, 2001.

UNMS (Saara Ocidental). Unión Nacional de Mujeres Saharauis. **La fuerza de las mujeres. Experiencia de la UNMS**. Tinduf: Nada, 2011. 30 p.

VEGA, Elena García et al. UNA APROXIMACIÓN A LA REALIDAD DE LAS MUJERES SAHARAUIS. **Migraciones**, n. 25, p.69-88, 2009.

VILLENA, Amalia Morales; CERDEÑO, Soledad Vieitez. La Sección Femenina en la llamada de África: Saharauis y guineanas en el declive del colonialismo español. **Anuario de La Facultad de Geografía e Historia**, Espanha, n. 14, p.117-133, 01 dez. 2014.

WESTERN SAHARA UN. **Government of the Saharawi Arab Democratic Republic (SADR)**. 2018. Disponível em: <<https://www.westernsahara-un.com/leadership-1/sadr-government/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

WILSON, Alice. Democratising elections without parties: reflections on the case of the Sahrawi Arab Democratic Republic. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.423-438, dez. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629380903424380>.

_____. Western Sahara. The Refugee Nation. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.183-185, jan. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13629387.2012.702016>.